

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

## **O Desenvolvimento Econômico da Venezuela no Governo de Hugo Chávez- 1999-2007**

Luiza Elena Barroso Santoro  
Matrícula: 104034604  
E-mail: luelenasantoro@yahoo.com.br

Orientador: Carlos Aguiar de Medeiros  
E-mail: carlosaguiarde@gmail.com

Janeiro de 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

## **O Desenvolvimento Econômico da Venezuela no Governo de Hugo Chávez- 1999 - 2007**

---

Luiza Elena Barroso Santoro  
Matrícula: 104034604  
E-mail: luelenasantoro@yahoo.com.br

Orientador: Carlos Aguiar de Medeiros  
E-mail: carlosaguiarde@gmail.com

Janeiro de 2009

*As opiniões expressas nesse trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor.*

Dedico este trabalho a minha família e ao meu  
namorado, que sempre acreditaram em mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus professores, que imensamente contribuíram para minha formação acadêmica, especialmente ao professor Carlos Aguiar de Medeiros, que me orientou na realização desse trabalho.

Aos meus pais, que sempre estiveram presentes em todas as etapas da minha vida.

Ao meu namorado, que deu todo o apoio necessário para eu perseverar nos estudos e conquistar os meus objetivos.

## **Resumo:**

O estudo sobre a Venezuela é importante para compreender como funciona uma economia totalmente dependente de apenas um setor, no caso, o de petróleo, a commodity mais valorizada no mundo. O país possui abundante reserva desse recurso natural, com grande potencial de extração, exportação e enriquecimento, porém, apresenta sinais claros de subdesenvolvimento econômico. O trabalho irá mostrar, após um breve histórico do conturbado cenário político e econômico venezuelano, como o país se apresenta na gestão do presidente Hugo Chávez Frías. Dessa forma, serão mostradas as principais mudanças realizadas durante o seu governo, desde 1999 até 2007, verificando os resultados no campo sócio, político e econômico.

# Índice

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO I – A ECONOMIA POLÍTICA VENEZUELANA ATÉ 1998.....</b>	<b>9</b>
I.1 – A IMPORTÂNCIA DO SETOR PETRÓLEO NA ECONOMIA.....	9
I.1.1 – UM PANORAMA GERAL DO PAÍS.....	9
I.1.2 – HISTÓRICO POLÍTICO QUE ANTECEDE A PRIMEIRA CRISE MUNDIAL DE PETRÓLEO.....	11
I.2 – O SUBDESENVOLVIMENTO E A SUA RELAÇÃO COM A ABUNDÂNCIA DE DIVISAS.....	12
I.2.1 – A EXCEPCIONALIDADE VENEZUELANA.....	13
I.2.1 – AS RENDAS DO PETRÓLEO.....	15
I.2.3 – “VENEZUELA SAUDITA” – A PROSPERIDADE DOS ANOS 1970.....	17
I.3 – DO ENDIVIDAMENTO À CRISE VENEZUELANA, NO FINAL DOS ANOS 1990.....	19
I.3.1 – A ESCASSEZ DE DIVISAS E A CRISE DOS ANOS OITENTA.....	19
I.3.2 – AS REFORMAS LIBERALIZANTES E A “AGENDA VENEZUELA”, DOS ANOS NOVENTA.....	21
<b>CAPÍTULO II – IMPORTANTES TRANSFORMAÇÕES DO GOVERNO HUGO CHÁVEZ.....</b>	<b>24</b>
II.1 – OS OBJETIVOS CENTRAIS DO GOVERNO.....	24
II.1.1 – FRENTE EXTERNA: O PETRÓLEO E A OPEP.....	25
II.1.2 – FRENTE INTERNA: A REFORMA CONSTITUCIONAL.....	26
II.2 – O PACOTE DE LEIS E O DESCONTENTAMENTO.....	28
II.2.1 – <i>LEYES HABILITANTES</i> .....	28
II.2.2 – FORÇAS CONSERVADORAS.....	29
II.3 – OS PROGRAMAS SOCIAIS.....	31
II.4 – AS TRÊS DISPUTAS.....	34
<b>CAPÍTULO III – O CRESCIMENTO ECONÔMICO DA VENEZUELA.....</b>	<b>37</b>
III.1 – A EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES MACROECONÔMICOS NO PERÍODO DE 1999 A 2007....	37
III.1.1 – 1999: HUGO CHÁVEZ PRESIDENTE.....	39
III.1.2 – ESTADO DESENVOLVIMENTISTA E O CRESCIMENTO DE 2000 E 2001.....	41
III.1.3 – O BIÊNIO DE CRISE: 2002 E 2003.....	42
III.1.4 – A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA EM 2004.....	45
III.1.5 – 2007: O SOCIALISMO DO SÉCULO XXI.....	49
III.2 – NOVE ANOS DO GOVERNO HUGO CHÁVEZ.....	50
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>

## **Introdução: O petróleo nos tempos de Hugo Chávez**

As economias amplamente dependentes de poucas exportações se mostram frágeis e apenas respondem às mudanças mundiais, sem poder de decisão. A Venezuela é um país latino-americano com abundantes reservas naturais de petróleo e gás natural - possui a segunda maior reserva de petróleo fora do Oriente Médio, e por isso, tem elevada capacidade de exploração e exportação do produto.

A administração desta matéria-prima fundamental para a produção e crescimento dos países desenvolvidos sempre envolveu muitos debates, devido aos diferentes interesses acerca do direcionamento dos lucros do negócio. Toda a história do país foi marcada por uma rica elite política e sindical, aliada à forte mídia local, que se apropria de grande parte da renda petrolífera, sem deixar que a maior parte da população usufrua desse capital. Como os recursos provindos da exportação de petróleo não escoam para o resto da economia, a industrialização e os investimentos em infra-estrutura e setor agrário ficam inibidos, formando uma economia altamente rentista e provocando aumento de pobreza, desemprego e violência.

Este trabalho irá apresentar como o petróleo surgiu no contexto venezuelano, o histórico de sua gestão e a forma pela qual a economia do país se estruturou desde 1920, passando pelo *boom* petrolífero da década de 1970, pela crise dos anos oitenta, pelas reformas liberalizantes dos anos noventa, até a entrada de Hugo Chávez na presidência da República. Será explicado como o atual governo vem criando e financiando novos planos de desenvolvimento para a redução da dependência da economia do país no setor de petróleo. Entretanto, ao contrário do que defendem alguns analistas, a hipótese sugerida - e mais tarde comprovada - na monografia é a de que essa dependência, apesar de ter diminuído, ainda é muito alta, pois o setor petrolífero é de longe o mais importante do país, respondendo pela maior parte das exportações e da receita fiscal.

A presente monografia encontra-se dividida em três capítulos, além da introdução e conclusão. No primeiro capítulo será feita uma análise da economia política da Venezuela até 1998 (um ano antes de Chávez assumir o posto de presidente) e da importância que o petróleo assumiu no seu contexto econômico.

O segundo capítulo revela as transformações que Hugo Chávez promoveu na Venezuela a partir de 1999, como a alteração da Constituição e de algumas normas da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a recuperação dos preços do petróleo no final da década de noventa e o lançamento de um novo pacote de leis, que incluía a nacionalização de algumas empresas, como a PDVSA. Mostram-se também os programas sociais que o presidente criou e os projetos de investimentos de um governo mais desenvolvimentista, na tentativa de distribuir as milionárias rendas do petróleo para a grande maioria pobre. Além disso, o capítulo vai abordar os embates que Chávez teve com a forte oposição interna e as várias consultas populares (plebiscitos) por qual passou.

O terceiro capítulo procura explicar a dinâmica econômica da Venezuela no período de 1999 a 2007, governado por Chávez, apresentando a maioria dos índices macroeconômicos mais relevantes, através de gráficos, tabelas e conclusões obtidas.

## **Capítulo I – A Economia Política da Venezuela até 1998**

Neste capítulo, será feita uma breve apresentação do contexto venezuelano, desde a descoberta do chamado “ouro negro”, passando por seus auge e crises econômicas, assim como seu conturbado cenário político, até a entrada de Hugo Chávez na presidência, em 1999.

O capítulo está dividido em três seções. A primeira irá mostrar a descoberta do petróleo e os efeitos que a nova atividade exportadora teve sobre a economia do país, assim como o conturbado cenário político que se verificou na Venezuela até os anos setenta. A segunda seção pretende demonstrar a singularidade venezuelana no contexto latino-americano, a direção tomada pelas rendas do rico setor exportador e a maneira que o país reagiu ao período de grande boom petrolífero, na década de 1970, quando os preços do barril de petróleo atingiram patamares nunca vistos. A terceira parte está focada nas décadas de 1980 e 1990, quando a Venezuela se deparou com uma grave crise econômica e realizou um amplo programa de abertura de sua economia, adotando algumas das reformas listadas pelo “Consenso de Washington”, de 1989.

### **I.1 - A Importância do Setor Petróleo na Economia**

Esta seção visa apresentar como a economia política do país foi se estruturando a partir da descoberta do petróleo, na década de 1920, e a representatividade do setor petrolífero para a economia. Será feita, inicialmente, uma apresentação do panorama geral venezuelano e, posteriormente, uma análise histórica até 1970, mostrando a trajetória do quadro político e a influência de alguns grupos na economia.

#### **I.1.1 - Um Panorama Geral do País**

A República Bolivariana da Venezuela, país latino-americano, faz fronteira com o Mar do Caribe, Oceano Atlântico, Guiana, Brasil e Colômbia e possui uma superfície de 916.445 km<sup>2</sup>, sendo Caracas a principal cidade e a capital. Em julho de 2008, estimou-se uma população de

aproximadamente 28,1 milhões de habitantes (sendo 90% a população urbana), com uma taxa de crescimento de 1,7% ao ano<sup>1</sup>.

No campo político, o país tem um histórico conturbado. Os vários movimentos militares (golpes e deposições) e eleições democráticas revelam as inúmeras transições de governo. Os principais partidos políticos são o MVR (Movimiento V República), MAS (Movimiento al Socialismo), PPT (Pátria Para Todos), AD (Acción Democrática) e COPEI (Comité de Organización Política Electoral Independiente).

Na tabela a seguir, seguem alguns dados recentes do país, no campo social e econômico, caracterizando-o como um país em desenvolvimento:

**Tabela 1: Indicadores Sociais e Macroeconômicos**

<b>INDICADORES SOCIAIS</b>	
Taxa de desemprego (%) - 2007	7,3
Esperança de vida ao nascer (anos) - 2005	73
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos) - 2005	17,5
Taxa de alfabetização das pessoas acima de 15 anos de idade (%) - 2005	93
Número de eleitores registrados (milhões) - 2005	14
Índice de Desenvolvimento Humano - 2003	0,77
<b>INDICADORES ECONÔMICOS - 2007</b>	
PIB (%)	8,3
PIB Nominal (bilhões US\$)	228,1
PIB Nominal per capita (PPC - US\$)	8.359
Inflação (%)	20,7
Taxa de câmbio (Bs:US\$)	2,15
Taxa de juros anual nominal - 6 principais bancos comerciais (média ponderada, cobertura nacional-%)	21,73
Reservas Internacionais (bilhões US\$)	34
Dívida externa (bilhões US\$)	47,6
Principal atividade exportadora	Petróleo
Principal parceiro comercial	EUA

Fonte: Human Development Report<sup>2</sup>; Banco Central da Venezuela; EIU, Country Report, 2007.

<sup>1</sup>Fonte: Site das Nações Unidas: <<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/population.htm>>. Acessado em 28/10/2008.

<sup>2</sup> Fonte: Human development report 2005: United Nations Development Programme (UNDP). 2005. Dados encontrados no site do IBGE: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/>>. Acessado em 28/10/2008.

## **I.1.2 - Histórico Político que Antecede a Primeira Crise Mundial de Petróleo**

### **a) O surgimento do petróleo**

Por volta de 1922, se iniciou a exploração das jazidas de petróleo da Venezuela e o país se tornou um dos maiores exportadores mundial do produto, rompendo com o modelo agro-exportador. Rapidamente companhias estrangeiras passaram a controlar a exploração petrolífera. Segundo Barros (2007b, p.3), o período de Estado liberal na Venezuela se encerrou nessa época, já que a descoberta do petróleo e a entrada de capital estrangeiro no país determinaram uma mudança do comportamento estatal, para uma posição mais ativa, a fim de participar do direcionamento dos recursos ingressados. Através dos estudos de Baptista (1991), pode-se perceber a expressiva mudança que este produto trouxe para o comércio exterior do país, já que as exportações de petróleo passaram de 1,7% do total em 1922, para 86,1% em 1935. A descoberta do ouro negro proporcionou enorme geração de lucros para a classe burguesa nacional e para os estrangeiros, que realizaram grandes investimentos diretos.

Apesar das perdas geradas com a Crise de 1929 e Grande Depressão de 1930, os efeitos foram bem menores na Venezuela do que nos outros países da América Latina, devido à especificidade do produto exportado - essencial para a sustentação das grandes economias mundiais, inclusive no período de guerra e depressão. A recuperação das exportações foi relativamente rápida e o mercado petrolífero prosperou enormemente nos anos seguintes, enquanto a agricultura exportadora mostrava o seu fim. Os dois governos posteriores, de Eleazar López Contreras e de Isaías Medina Angarita, fizeram com que o Estado tivesse maior participação na economia, promovendo o desenvolvimento.

À época da II Guerra Mundial, as exportações de petróleo cresceram extraordinariamente, assim como a receita fiscal e o gasto público. Tamanha prosperidade fez a população urbana crescer repentinamente e atrair imigrantes europeus. Ainda sim, grande parte da classe média, dos trabalhadores e dos militares reivindicava por direitos políticos e sociais e por democratização política. O quadro político tornou-se ainda mais instável no pós-guerra, com sucessões de golpes e instalação de Juntas Militares. Em 1945 foi decretado um novo imposto, chamado de *fifty-fifty*, em que os lucros advindos da produção de petróleo deveriam ser divididos igualmente entre o Estado e companhias estrangeiras. A economia rentista venezuelana se estruturava cada vez mais em cima de um único setor.

## **b) A era do *puntofijismo***

Em 1958, Betancourt, fundador do partido AD, assinou um acordo com fundadores de dois outros partidos de centro (Rafael Caldera, do COPEI, e Villalba, da URD), realizando o pacto de *Punto Fijo*<sup>3</sup>. Pelo tratado, o partido radical e reformista Acción Democrática (AD) e o partido conservador Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI), alternariam-se pacificamente no poder durante os próximos 40 anos, através de um regime oligárquico, onde o poder seria exercido por um pequeno grupo de pessoas, dando estabilidade ao sistema político e ao país, adotando políticas bastante similares. Todas as organizações políticas, inclusive grupos do setor privado, eram controladas pelo AD ou COPEI. É importante notar que o Pacto não incluía o Partido Comunista.

Ele [esse período] é considerado pela historiografia venezuelana como o início do período democrático do país, embora essa democracia – comprovou mais adiante a história – fosse um privilégio de apenas parte da sociedade. (UCHOA, 2003, p.112)

De 1959 a 1973, as teorias desenvolvimentistas estiveram em evidência na Venezuela e os governos tentavam uma maior intervenção, com políticas direcionadas à industrialização por substituição de importações, a exemplo do “Plan Cuaternal”, de 1960, que não obteve muito sucesso. Houve também planos de modernização agrícola e industrial, promoção da saúde e da educação, melhora das relações com Cuba e União Soviética e maior controle do país sobre os bancos privados estrangeiros e sobre a indústria de gás natural. Esse sistema funcionou bem até o final da década de 1970, enquanto os preços do petróleo estavam em alta no mercado internacional e as rendas petroleiras eram absorvidas por todos os setores da economia, embora esses ganhos fossem desiguais. A excepcionalidade venezuelana, seus aspectos econômicos e a era de ouro dos anos 1970 serão apresentados a seguir.

## **I.2 - O Subdesenvolvimento e a sua Relação com a Abundância de Divisas**

A situação da Venezuela se mostrou bastante distinta das demais economias subdesenvolvidas. O grande responsável por esse efeito foi a descoberta do petróleo em seu território, com grande potencial de exploração e exportação em direção a um comércio internacional cada vez mais interessado na matéria prima combustível das grandes economias, motor do desenvolvimento econômico. Evidentemente, isso, por si só, não explicaria a

---

<sup>3</sup> “Punto Fijo” se refere à casa de Caldera em Caracas.

singularidade do país. A forma como o Estado e o capital estrangeiro conduziu a economia levou a Venezuela a continuar apresentando características de um país subdesenvolvido, porém, afogado em divisas estrangeiras, com ampla capacidade de importar.

Essa seção objetiva esclarecer o porquê da excepcionalidade venezuelana, mostrando também como as rendas do setor petrolífero foram distribuídas pela economia durante os períodos de bonança, quando permaneceram elevados os preços do petróleo no mercado internacional. Será apresentada em destaque, mostrando os dois choques do petróleo e a criação da importante estatal petrolífera venezuelana (PDVSA), em 1976.

### **I.2.1 - A Excepcionalidade Venezuelana**

A Venezuela merece destaque na análise de economias subdesenvolvidas. Apesar de apresentar, no seu histórico, características de um país subdesenvolvido, como os seus vizinhos latino-americanos (alto índice de analfabetismo, baixa qualidade de vida, distribuição desigual da renda, baixo padrão de consumo e de investimento, entre outros fatores), o país possuía, entre as décadas de 1950 e final de 1970, abundância de divisas estrangeiras, assim como elevadíssima renda per capita, diferenciando-o dos demais. Tanta riqueza provinha (e ainda provém) da exploração de sua enorme reserva de petróleo.

Segundo Celso Furtado (1969)<sup>4</sup>, no estudo sobre a economia latino-americana, os países deste continente, ao se inserirem no comércio internacional (a partir do século XIX), passaram a exportar produtos primários e, com isso, desenharam três diferentes tipos de estruturas econômicas. A primeira se caracteriza por uma economia exportadora de produtos agrícolas de clima temperado - como é o caso da Argentina e do Uruguai; o segundo tipo refere-se aos países exportadores de produtos agrícolas tropicais - aqui se inclui Brasil, Equador, Colômbia e Caribe, e a terceira estrutura são as exportadoras de minerais. É neste grupo que se encontra, além do México e Chile, a Venezuela.

A situação deste país, ao se deparar com os altos preços do petróleo e excepcional desenvolvimento das exportações desta matéria-prima - principalmente durante a década de 1970, com os choques do petróleo - se aproximou da chamada síndrome da “doença

---

<sup>4</sup> O estudo de 1969 está presente em: FURTADO, Celso. *A Economia Latino Americana*. São Paulo. Companhia das Letras, 2007”.

holandesa”<sup>5</sup>. Isso porque, apesar de a Venezuela nunca ter sido industrializada antes, o pouco do setor industrial ainda existente no país regrediu, primeiro pela falta de incentivos em investir e operar neste setor e segundo porque os lucros do petróleo eram altíssimos e crescentes.

Nesse processo, o aumento significativo de reservas internacionais tende a sobrevalorizar a taxa de câmbio porque o governo não compra as divisas excedentes. Dessa forma, cria-se um excesso na capacidade de importar, dificultando o desenvolvimento e renovação das instalações produtivas do país, pois a estrutura de custos (elevados) torna pouco atrativo produzir internamente. Com o tempo, o setor industrial da economia perde competitividade, as exportações dos outros produtos que não o de recurso natural cai substancialmente e o país se desindustrializa. Ocorre um aumento da dependência externa e do setor exportador, responsável pela absorção das divisas.

A rigor, o que se constata no país é a estagnação de sua estrutura produtiva e a concentração dos investimentos quase que exclusivamente no setor petrolífero. A disparidade de produtividade apresentada entre este setor e os demais setores da economia (atrasados tecnologicamente) se torna evidente. Um setor que se destaca pelo seu péssimo desempenho é o da agricultura, ainda hoje com baixíssima produtividade, pequena participação no PIB e baixo salário. Assim como a indústria, a agricultura também se mostra restrita e não consegue competir com o setor exportador, o que justifica a baixa absorção de mão-de-obra. Como efeito, as pessoas migram para as regiões urbanas à procura de emprego, provocando desequilíbrios regionais, com forte concentração demográfica nas metrópoles.

A dependência econômica em apenas um setor, além de concentrar cada vez mais os investimentos, leva, geralmente, a uma baixa integração do sistema interno. A desarticulação ocorre devido ao fato de a renda provinda do setor rico exportador não escoar normalmente para o restante da economia. Para isso, seria necessário esforços contínuos de um governo absolutamente consciente da importância do processo de integração e de como realizá-lo (o que nem sempre ocorreu na história do país), além do enfrentamento dos interesses exclusivos das classes rentistas beneficiadas pelas receitas do petróleo.

---

<sup>5</sup> A origem desse nome é dos anos sessenta, quando a Holanda (país industrializado) descobriu grandes reservas de gás natural em seu território, e absorveu enorme quantidade de divisas estrangeiras com a alta dos preços e a maior produção do produto. A descoberta de uma fonte extraordinária de recurso natural teve como consequência uma rápida desindustrialização do país.

É exatamente nesse contexto que surge a figura fundamental do Estado nesse tipo de economia. De acordo com Furtado (1974)<sup>6</sup>,

(...) a inação ou a omissão do Estado não constitui uma opção. Dado que o excedente petrolífero passa pelo Tesouro Público, a responsabilidade do Estado é inescapável. Ainda mais: essa responsabilidade cresce à medida que se amplia o referido excedente, pois com este aumenta consideravelmente a margem de liberdade de ação. (FURTADO [1974], 2008, p. 125)

A participação do setor público se mostra bastante ampliada na Venezuela a partir da crise de 1929 e, principalmente, do Plano Trienal de 1938. Além da forte influência na industrialização e no desenvolvimento do país, o setor estatal obteve crescentes controles sobre a renda do petróleo, captando recursos através de impostos sobre as rendas petrolíferas. Entretanto, esses recursos eram dirigidos a investimentos em infra-estrutura, o que, de acordo com Furtado ([1957], 2008, p. 50), são “obras de infra-estrutura de caráter não reprodutivo e sem correspondência em outros setores”. Isto é, esse tipo de investimento não gerava rendas e empregos permanentes e absorviam pouca quantidade de mão-de-obra por unidade de produto, já que a mecanização é alta nesse ramo de atividade, o que contribuiu para a reprodução da heterogeneidade estrutural.

Com todos esses fatores, é importante ressaltar a singularidade da economia venezuelana principalmente durante as décadas de 1950 a 1970 frente aos países da América Latina. Enquanto a maioria destes sofreu com a escassez de divisas e dificuldades para importar produtos e equipamentos, a Venezuela se viu inundada de recursos estrangeiros e ampla capacidade de importação. Segue-se disso que, o primeiro grupo de países elaborou grandes projetos de reestruturação da capacidade produtiva, realizando a substituição de importações, estimulando a produção doméstica de bens de consumo e de capital, enquanto a Venezuela teve sua indústria estagnada, sem competitividade, dado à forte apreciação de sua taxa de câmbio.

### **I.2.2 - As Rendas do Petróleo**

A grande propriedade constituiu-se em elemento básico da organização social das economias que se organizaram em torno da produção mineira, como é o caso venezuelano (FURTADO [1969], 2007, p. 127).

---

<sup>6</sup> Celso Furtado escreveu dois artigos sobre a economia da Venezuela, um em 1957 e o outro em 1974. Ambos foram publicados somente em 2008 e estão presentes no primeiro número da série *Arquivos Celso Furtado*, em: *Ensaio sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro. Editora Contraponto.

Pelo menos até o final do século XX, o excedente do setor petrolífero exportador ficou restrito a uma pequena fração da população, contribuindo para o alto índice de concentração de renda. Além disso, por características próprias e altíssima produtividade, essa atividade não absorveu grande quantidade da força de trabalho, deixando a maior parte da mão-de-obra do país sem emprego, pobre e marginalizada. Os setores agrícola e industrial, que poderiam gerar mais empregos, ficaram, por muito tempo, contraídos e perderam competitividade devido ao câmbio valorizado, conforme explicado.

Essa taxa de câmbio também induziu uma maior importação de máquinas e equipamentos, e o capital, nesse caso, se tornou relativamente o fator de produção mais barato, afastando as linhas tecnológicas mais intensivas em mão-de-obra. Como resultado, a massa de trabalhadores desempregados aumentou e piorou a desigualdade de renda. Com os altos preços do petróleo, a tendência da economia era, na época, ter uma pequena classe rentista cada vez mais rica e a maior parte de seu contingente populacional cada vez mais pobre. Celso Furtado ([1974], 2008, p.123) descreve bem essa situação peculiar, nas seguintes frases:

... a maior riqueza trazida pelo *boom* petrolífero fará da Venezuela um país socialmente mais instável. Certo, um país rico, mas nem por isso menos desenvolvido. E também com maior dependência da importação de alimentos e das flutuações dos mercados internacionais.

Essa classe rentista aqui abordada aplicava os seus lucros do petróleo em ativos estrangeiros, tanto fixos como financeiros, já que a abundância de divisas induzia-os a investir fora do país a fim de diversificarem suas carteiras. Isso significa que apesar das condições sócio-econômicas da Venezuela a diagnosticarem como uma economia subdesenvolvida, ela exportava capital, tal como um país desenvolvido.

Em relação à renda per capita, nos anos cinquenta e sessenta, esta se mostrava bastante elevada, se medida em dólar, e ultrapassava a do Chile e a do México, também consideradas altas. Entretanto, como a maior parte da população vivia da agricultura – atividade de baixa produtividade e protegida das importações, os mesmos salários monetários eram considerados baixos quando medidos pelos preços dos alimentos internos. Ou seja, a população tinha baixo poder de compra e o nível de vida não correspondia ao espantoso patamar da renda per capita

do país (MEDEIROS, 2007, p.91)<sup>7</sup>. Isso complementa a idéia do texto anterior, pois é mais um fator que distingue a Venezuela dos seus vizinhos latino-americanos.

### **I.2.3 - "Venezuela Saudita" - A Prosperidade dos Anos 1970**

A década de 1970 proporcionaria radicais alterações. No plano internacional, a Europa Ocidental e o Japão, após 1973, passariam por crise do esgotamento do padrão de acumulação e agravamento de seus problemas inflacionários; os EUA vinham passando por esses problemas desde o início da década anterior, os quais seriam agravados na de 1970. Além disso, até 1975 os EUA estariam envolvidos com a problemática guerra do Vietnã, que tantos resultados negativos políticos e sociais lhes causou. Por outro lado, todos esses países estavam seriamente ocupados com esses problemas e, procurando emprego para o seu capital ocioso, lançaram-se a uma política de concessão de empréstimos facilitados ao segundo e terceiro mundos. (CANO, 1999, p.508)

A década de 1970 foi marcada como um período de bonança para os países exportadores de petróleo, mais precisamente para aqueles participantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP<sup>8</sup>). O principal responsável por esse marco foi a primeira grande crise do petróleo, de 1973, que ocorreu devido a um conflito Israelo-Árabe<sup>9</sup>, em que os grandes produtores reduziram a oferta e elevaram subitamente o preço do barril de petróleo que passaram, em US\$/barril, de 2,48 para 10,3 (CANO, 1999, p.509), gerando grandes efeitos sobre a economia mundial nos anos subseqüentes.

A receita de exportação de petróleo quintuplicou entre 1970 e 1979 - apesar da forte retração na produção - (CANO, 1999, p.509), o que inundou o território venezuelano de divisas estrangeiras. Somado aos grandes fluxos financeiros da época, houve apreciação da taxa de câmbio e suas importações atingiram grande ritmo. Nessa época, o governo começou a investir, ainda que pouco, nos setores não petroleiros da economia, com um projeto nacional-desenvolvimentista, a fim de realizar a política de substituição de importações.

---

<sup>7</sup> Trabalho “Celso Furtado e a economia política da abundância de divisas”, de Carlos Aguiar de Medeiros, publicado em *Celso Furtado e o século XXI*, organizado por João Sabóia e Fernando Cardim de Carvalho, Ed. Manole, 2007.

<sup>8</sup> A OPEP foi criada em 1960 e os países participantes eram a Venezuela, Arábia Saudita, Irã, Iraque e Kuwait (apesar de atualmente ser composta por 13 membros no total). O cartel objetiva centralizar a administração da atividade, controlar os preços de exportação e o volume produzido, a fim de aumentar as receitas dos países membros. Sua criação foi também uma forma de fazer frente às grandes empresas ocidentais compradoras do produto, as chamadas “sete irmãs”, em sua maioria americana, inglesa ou holandesa.

<sup>9</sup> A Guerra do Yom Kippur ocorreu no dia 6 de outubro de 1973, quando o Egito e a Síria atacaram conjuntamente Israel, em pleno feriado judaico de Yom Kipur (Dia do Perdão), dando continuidade ao conflito de 1967, a Guerra dos Seis Dias. Israel foi apoiado pelos EUA e por países europeus e, após três semanas de lutas, conseguiu a vitória. Os estados árabes membros da OPEP se revoltaram com a interferência de outras nações e anunciaram um embargo contra esses países centrais, inclusive contra o Japão, além do aumento de mais de 300% no preço do petróleo.

Quem estava na presidência nessa época era Carlos Andrés Pérez (quarto presidente da era do *puntofijismo*), membro da AD, cumprindo o seu primeiro mandato<sup>10</sup>, de 1974 a 1979. O presidente percebeu o momento de euforia pelo qual passava o seu país: havia expectativa de ascensão social pelos setores populares, maiores chances de emprego e educação, aumento do consumo de luxo pelos setores médios, crédito abundante para o setor empresarial (o que complementava a política de substituição de importações) e o gigantesco aumento da receita do governo, possibilitando maiores gastos públicos.

Diante disso, o governo lançou o *Plan de Desarrollo Nacional (1973-74)*, cujo objetivo era investir fortemente no setor de infra-estrutura e indústrias básicas, como a petroquímica, eletricidade, siderurgia, cimento, alumínio, entre outras. Tais investimentos, além de desequilibrar as contas públicas, se refletiram, em períodos subsequentes, em aumento de demanda. Esta era suprida principalmente pelas importações, tornando deficitária a balança comercial nos anos de 1977 e 1978. Através dos empréstimos externos algumas das metas do plano foram atingidas ou parcialmente cumpridas, possibilitando o crescimento do produto interno do país.

Foi nesse cenário de auge econômico que, em 1976, as atividades ligadas ao petróleo (e combustíveis líquidos) e ao minério de ferro foram estatizadas, com forte apoio local, apesar das resistências das classes rentistas e do setor estrangeiro. Com o fim das políticas de concessões, “*a participação do petróleo no total das receitas do Tesouro chegava a 81%*” (UCHOA, 2003, p.98). Foi criada, então, a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), sendo o Estado seu único acionista, subordinada ao Ministério das Minas e Energia (MME)<sup>11</sup>. Mas não houve mudanças em relação à administração então existente e a empresa, apesar de pública, passou operar em condições de crescente autonomia.

Na década de 1970, a inflação foi contida e não ultrapassou os 4% anuais, a receita fiscal em proporção do PIB aumentou significativamente e o crescimento do produto interno bruto foi satisfatório, seguindo a trajetória mostrada na tabela a seguir:

---

<sup>10</sup> Carlos Andrés Pérez, bastante lembrado pela história política da Venezuela, assumiu a presidência do país duas vezes, tendo o segundo mandato vigorado entre 1989 e 1993.

<sup>11</sup> A partir de 1983 a PDVSA adquire maior autonomia em relação ao MME e ao Estado.

**Tabela 2: Trajetória PIB na Venezuela na Década de 1970**

<b>1970-1980</b>	<b>4,5%</b>
1971-77	6,1%
1977-79	2,0%

Fonte: Wilson Cano (1999).

É importante destacar que, durante esse período de *boom* econômico, a Venezuela passou a captar grande quantidade de fluxos financeiros internacionais. Após novo choque do petróleo em 1979, os preços novamente dispararam, mas a demanda mundial mudou sua trajetória: começou a se reduzir (no início da década de oitenta), devido à desaceleração econômica do mundo. Com elevados empréstimos para cobrir os pesados investimentos públicos, juntamente com o alto coeficiente de importação, o período de queda do preço do petróleo e saída de capital do país revelou a fragilidade do modelo econômico venezuelano, baseado em excessivo endividamento e dependência estrangeira. A Venezuela e seus vizinhos entraram em crise nos anos de 1980 e o financiamento externo a essa região foi estancado.

### **I.3 - Do Endividamento à Crise Venezuelana, no Final dos Anos 1990**

Esta última seção do primeiro capítulo aborda a forma pela qual a Venezuela chegou a uma nova situação de crise, nos anos oitenta, em meio à escassez de divisas, revertendo o quadro anterior, de abundância. É mostrado, posteriormente, a alternativa que o país encontrou para tentar sair deste conturbado cenário, adotando, nos anos noventa, as políticas ortodoxas de cunho neoliberal consagradas no “Consenso de Washington”.

#### **I.3.1 - A Escassez de Divisas e a Crise dos Anos Oitenta**

A década de oitenta marcou a reversão do quadro econômico venezuelano. Esse foi um período em que os recursos estrangeiros se tornaram escassos e voláteis em função do quadro mundial de restrição de financiamento e da oscilação do preço do barril de petróleo no mercado internacional<sup>12</sup>. As moratórias mexicana e brasileira também contribuíram para

---

<sup>12</sup> Dados de Cano (1999, p. 513) mostram que os preços do petróleo atingiram, em US\$/barril, 38 em 1981, 33 em 1984 e, a partir daí, entraram em trajetória de queda, chegando a 12 em 1986-87 e subindo para 16 em 1989.

agravar os problemas na Venezuela. A crise da dívida externa estava instaurada na maioria dos países periféricos.

Em 1982-83, uma forte especulação contra a moeda local (o bolívar) - que ainda era mantida fixa e sobrevalorizada – provocou uma alarmante fuga de capitais, na ordem de US\$ 8 bilhões. O presidente Herrera Campíns (1979-1984) foi obrigado a promover brusca desvalorização da moeda e deixou o câmbio flutuar. A situação chegou a tal ponto que se proibiu, por dois dias, operações no mercado cambial. Foi a chamada “Sexta-feira Negra”. Além disso, os gastos públicos se contraíram, principalmente aqueles direcionados à indústria não petroléira. O PIB se desacelerou até 1985<sup>13</sup>, as dívidas públicas interna e externa cresceram - tendo em vista a alta dos juros dos Estados Unidos, anunciada em 1979 pelo FED – e a inflação disparou. Como efeito, os salários reais se comprimiram e alguns índices, como o desemprego e distribuição de renda, pioraram.

Neste cenário, a oposição venceu as eleições e Jaime Lusinschi (1984-1989) assumiu a presidência. Ele tentou adotar medidas de cunho neoliberal, de abertura comercial e controle monetário e creditício, além de renegociar a dívida externa pública em 1985-86. Com as altas desvalorizações do câmbio em 1986 e 1987, as exportações foram estimuladas, a receita fiscal petroléira cresceu e a depressão foi evitada. Entretanto, a redução dos juros, o aumento da inflação e a piora no saldos de transações correntes (devido à reativação da demanda) agravaram o cenário econômico e mais capitais saíram do país em 1988.

No plano político, Lusinschi tentou implementar algumas medidas em relação à renovação de mandatos, eleições diretas e secretas de governadores estaduais, transparência e descentralização política e enfraquecimento das cúpulas partidárias. Essas propostas políticas e econômicas foram definidas pela Comissão para a Reforma do Estado (COPRE), recém criada.

Diante da crise, Carlos Andrés Pérez (1989-1994) foi novamente eleito, na esperança de que os tempos de bonança do seu primeiro mandato voltassem. Começa, de fato, a fase de abertura e liberalização da economia venezuelana, influenciada pelas teses elaboradas pelo governo dos EUA, empresas transnacionais norte-americanas, FMI e Banco Mundial, no Consenso de Washington.

---

<sup>13</sup> Entre 1979 e 1985, a contração acumulada do PIB foi de 12% (CANO, 1999, p. 515).

### I.3.2 - As Reformas Liberalizantes e a “Agenda Venezuela”, dos Anos Noventa

Entra em cena, novamente, a figura de Carlos Andrés Pérez (1989-1993), que assume a presidência pela segunda vez na Venezuela. Em meio à crise econômica, ocorre o anúncio de reformas de cunho neoliberal – como a contração de crédito, diminuição do gasto público, política monetária e fiscal restritivas, desvalorização da moeda, congelamento de salários, aumento de preços de bens, tributos e tarifas públicas, etc. – em troca de um empréstimo de US\$ 4,5 bilhões, firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A escassez de recursos e a dívida externa crescente indicavam o caráter urgente desse acordo. O problema é que essa virada política de Pérez não era esperada pela população.

Nesse contexto, uma das medidas tomadas foi o reajuste de 100% no preço da gasolina, o que, mais tarde, foi repassado integralmente aos bilhetes de transporte. Uma revolta popular imediatamente se desencadeou pelas principais cidades do país (principalmente por Caracas), na manhã de 27 de fevereiro de 1989, com a participação de várias classes sociais. Conhecido como *Caracazo*, o sangrento movimento deixou mais de mil mortos. “Foi a rebelião social mais profunda já acontecida na Venezuela: não foi convocada por nenhum partido, sindicato ou igreja. Foi a primeira manifestação verdadeiramente popular contra o neoliberalismo ocorrida em todo o mundo.” (MARINGONI, 2004, p.116) <sup>14</sup>.

A recessão foi evitada no biênio 1990-91, pois os preços do petróleo aumentaram e o país produziu e exportou mais do que as cotas da OPEP permitiam. O PIB dos dois anos mostrou significativa melhora e a inflação foi controlada. Entretanto, os anos seguintes revelam características de recessão com alta dos preços.

As reformas de ajuste neoliberal seguiram adiante. Um dos objetivos principais deste novo modelo adotado era diminuir a participação do Estado na economia, o que ficou claro com a aprovação da Lei de Privatizações, em 1992. Já em relação ao petróleo, Pérez visava desvincular cada vez mais a estatal petroleira do Estado, associando-a a empresas privadas estrangeiras, reduzindo a carga fiscal sobre estas. A repartição da PDVSA com os cartéis internacionais tinha como objetivo atrair investimentos privados na companhia. Para realizar a *abertura petroleira*, foi preciso alterar a Lei de Nacionalização Petroleira, criada nos anos setenta, pelo próprio presidente, em seu primeiro mandato.

---

<sup>14</sup> Entrevista com Douglas Bravo em 19 de julho de 2003, retirada do livro *A Venezuela que se inventa: Poder, petróleo e intriga no tempos de Chávez*, de Gilberto Maringoni. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2004.

No cenário econômico, as contas externas apresentaram melhora após a reestruturação da dívida externa, entre a Venezuela e o governo dos EUA, através do Plano Brady<sup>15</sup>. Entretanto, o quadro interno se agravava pela perda do poder de compra da população, desemprego e abandono dos programas sociais anunciados. A instabilidade econômica e a insatisfação popular levaram a duas tentativas fracassadas de golpe contra o presidente, em 1992, sendo a primeira delas liderada pelo tenente coronel Hugo Chávez.

Em 1993, Carlos Andrés Pérez sofreu um *impeachment*, acusado por corrupção e Rafael Caldera (1994-1998) foi eleito presidente com cerca de 30% dos votos, também cumprindo seu segundo mandato. Ele se aliou ao MAS (partido de esquerda), combateu a corrupção, tentou não seguir o ajuste econômico de Pérez, prometeu não recorrer ao FMI e propôs suspender algumas privatizações realizadas no governo anterior. Contudo, diante da grave conjuntura do país, Caldera repactuou com a AD e foi de encontro ao prometido: anunciou o novo programa de reformas do governo, chamado de *Agenda Venezuelana*, que recebeu recursos do BIRD, BID e do FMI, e previa a intensificação das reformas neoliberais.

A rigor, dentre os objetivos do programa, estavam presentes as seguintes metas: redução do déficit fiscal e da inflação; aumento da produção interna; incentivo ao investimento estrangeiro e atração de capitais (com elevação dos juros); liberalização de preços, câmbio e do sistema financeiro; maior abertura do setor petrolífero ao capital privado externo; maior independência da PDVSA em relação ao Estado; e aprofundamento das privatizações. Foram privatizadas diversas estatais - como a *Compañía Nacional de Teléfonos*, a *Siderúrgica Del Orinoco*, a *Empresa de Transporte Aéreo*, entre outras, além de seis bancos nacionais - e grande parte dos recursos advindos dessas operações se destinavam ao pagamento da dívida externa (CANO, 1999, p. 523).

Somado ao colapso dos preços do petróleo em 1998, o *capitalismo selvagem* imposto à Venezuela sacrificou enormemente a população sem gerar bons resultados no campo econômico. Segundo Cano (1999, p. 536), a inflação voltou a subir, e a média anual do PIB foi de 1,67% no período de 1988 a 1998, ao passo que a população cresceu à taxa de 2,1% - o que significa enorme queda da renda per capita do povo venezuelano. Alguns indicadores

---

<sup>15</sup> O Plano Brady, formulado em 1989 por Nicholas Brady - então secretário do Tesouro dos EUA - permitiu que 32 países reestruturassem sua dívida externa, através da redução do montante principal ou do alívio no prazo de pagamento dos juros. Isso seria feito mediante a troca da dívida por bônus de emissão do governo do país devedor (GIAMBIAGI, 2005, p.145).

sociais, como o desemprego aberto, taxa de informalização, pobreza e distribuição de renda pioraram significativamente.

Nesse contexto, o militar nacionalista ex-golpista Hugo Chávez se candidata à presidência da República, pelo novo partido MVR (Movimento Quinta República), com a proposta de livrar o país da corrupção, socorrer os pobres, redistribuir a riqueza advinda do petróleo e re-fundar a república, escapando ao neoliberalismo e rompendo com o Consenso de Washington. Nesta data, o pacto de Punto Fijo já havia se deteriorado completamente e os partidos tradicionais foram recusados pelos eleitores. Hugo Chávez venceu as eleições de 1998 com 56,2% dos votos válidos, apesar do elevado nível de abstenção dos votos (mais de 36%, o que mostra a alienação criada pelas quatro décadas de alternância de dois partidos tradicionais no poder). Junto ao novo presidente, a esquerda venezuelana, que há anos fora deixada à margem do tabuleiro político do país, assumiu o cargo mais importante da Venezuela.

## **Capítulo II – Importantes Transformações do Governo Hugo Chávez**

Esse capítulo procura descrever os principais acontecimentos durante o governo de Hugo Chávez, de 1999 até 2007, no campo político, institucional e social. Ele está dividido em quatro seções, em que a primeira visa relatar as primeiras atitudes de Chávez ao assumir a presidência da Venezuela, reformulando a Constituição e tentando recuperar os preços internacionais do petróleo e a solidez da OPEP. A segunda parte irá mostrar o pacote de leis anunciado em 2001, que atingiu diretamente a elite venezuelana, provocando revolta da oposição, que se organizou diversas vezes a fim de depor o presidente. A terceira seção se concentra numa das mais importantes medidas de Chávez no combate a pobreza e a desigualdade no país: as missões sociais, lançadas a partir de 2003. A quarta e última seção descreve as três disputas nas urnas a qual Chávez passou em quatro anos: o referendo de 2004, a eleição de 2006 e o referendo de 2007, obtendo nesta última sua primeira derrota.

### **II.1 – Os objetivos Centrais do Governo**

Hugo Chávez foi eleito em um ano no qual a economia da Venezuela dava claros sinais de declínio, já que os preços internacionais do barril de petróleo estavam baixíssimos, em torno de US\$ 8,00. Apesar de não possuir um plano político e econômico bem definido, seu maior objetivo era mudar o caráter não muito ativo que o Estado venezuelano assumira nas décadas anteriores com o pacto de *Punto Fijo*, transformando em um Estado mais desenvolvimentista, buscando um intermediário entre mercado e Estado. Além disso, Chávez queria promover a diversificação da economia, acabar com a corrupção que assolava o país, reduzir a pobreza e a desigualdade de renda e realizar programas sociais com recursos provindos da exportação do petróleo. O problema é que esses recursos já quase não mais existiam.

Com alta taxa de inflação, baixa quantidade de reservas internacionais - em função da fuga de capitais que estava ocorrendo devido à desconfiança generalizada no novo governo esquerdista - e queda do PIB de cerca de 6% em 1999, a situação a ser enfrentada na primeira fase do governo mostrara-se extremamente difícil. Era preciso evitar a qualquer custo outros fatores que gerassem algum tipo adicional de instabilidade. Por isso, inicialmente, as medidas

tomadas na esfera econômica foram bastante moderadas e prevaleceu a continuidade das políticas antes adotadas, como será visto em detalhes no próximo capítulo. Um exemplo de que não haveria alterações significativas foi a permanência de Maritza Izaguirre na função de ministra de Fazenda, onde se perpetuou o programa ortodoxo de corte de gastos e criação de impostos, e assinou-se um acordo com o FMI.

Uma das propostas na campanha eleitoral de Hugo Chávez era a de alterar a ordem institucional do país, introduzindo mudanças significativas na Constituição de 1961, até então vigente. Mas o presidente eleito logo percebeu que a sua força política teria que vir acompanhada de estabilização econômica, em que esta, por sua vez, só seria alcançada através da recuperação do preço do petróleo, já que essa atividade responde por grande parte da produção nacional e dos ingressos fiscais do governo. As primeiras ações de Chávez foram dirigidas a essas duas frentes e serão analisadas a seguir.

### **II.1.1 – Frente Externa: O Petróleo e a OPEP**

Em relação à política externa, o presidente Hugo Chávez tentou imediatamente salvar a OPEP, que estava à beira do colapso, e elevar os preços do petróleo. Em março de 1999, Alí Rodríguez, ministro das Minas e Energias, ficou encarregado de realizar um acordo com o México e Arábia Saudita, dois grandes produtores de petróleo, apesar de o primeiro país não integrar a OPEP. Nesse acordo, os três países se comprometeram a reduzir a produção em dois milhões de barris por dia, incentivando os outros membros do cartel a fazerem o mesmo. Em pouco tempo, os preços do barril de petróleo mais que quadruplicaram, atingindo US\$ 34,37 em março de 2000. (JONES, 2008, p.293)

Com isso, a economia venezuelana apresentou crescimento do seu produto interno, aumentou suas receitas de exportação, tornou superavitário o balanço de pagamentos e pôde controlar a inflação, como será visto mais adiante. Além disso, o presidente venezuelano propôs a criação de um fundo, chamado de Fundo de Estabilização Macroeconômica (Fiem), com o objetivo de economizar dinheiro enquanto os preços do petróleo estavam em alta e usá-lo em período de queda, permitindo certo equilíbrio fiscal, monetário e cambial. O Fiem funcionaria da seguinte forma: toda vez que o preço do barril ultrapassasse US\$ 9,00, o recurso adicional seria depositado no fundo e poderiam ser direcionados para outras áreas, como educação e saúde.

Mas o aumento dos preços poderia ser passageiro e Chávez percebia a necessidade de fortalecer a OPEP. Para tal, realizou uma viagem à Ásia e ao Oriente Médio, visitando os principais países membros da OPEP, como o Iraque, Irã, Líbia, Kuwait, Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes, Argélia e Nigéria. Os encontros com os respectivos chefes de Estado serviram para convidá-los para uma cúpula a ser realizada em Caracas, no segundo semestre de 2000, já que o sucesso da política de Chávez de fortalecimento de preços do petróleo fez com que a Venezuela se tornasse líder da Organização, assumindo sua presidência.

A viagem pelo Oriente Médio incluiu a visita ao ditador do Iraque, Saddam Hussein, o que deixou os Estados Unidos perplexos e irritados, pois consideraram como uma atitude desafiadora de Chávez. A viagem nada usual chamou bastante atenção da imprensa internacional, apesar de não ter preocupado muito os venezuelanos, inclusive os opositores a Chávez, que alegavam que o motivo da viagem era mero interesse comercial. O país respirava aliviado com os ingressos petrolíferos e a maior preocupação era com a nova alteração interna do presidente: a convocação de uma assembléia constituinte para reescrever a Constituição.

O megaevento ocorrido em Caracas obteve grande sucesso, já que os participantes concordaram em segurar a produção de petróleo para que os preços do barril ficassem estáveis, numa faixa entre 22 e 28 dólares. A OPEP fora reerguida e Chávez passou a ter um novo papel no contexto internacional, de maior importância, e também de preocupação.

### **II.1.2 – Frente Interna: A Reforma Constitucional**

Eu juro, diante de meu povo, que sobre essa Constituição moribunda levarei adiante as reformas democráticas necessárias para que a nova República disponha de uma Magna Carta adequada a esta época.<sup>16</sup>

No plano interno, Chávez deu início ao que foi prometido durante sua campanha eleitoral. Logo que assumiu a presidência, ele convocou um plebiscito sobre a necessidade de uma assembléia constituinte, para elaborar uma nova Constituição, o que foi aprovado por 88% dos participantes, apesar do alto nível de abstenção de 60%. A Constituição começou a ser escrita, com propostas do próprio Chávez e sugestões de milhares de cidadãos. Ao final, o projeto foi submetido a um novo plebiscito, dessa vez com 70% de aprovação. Os novos

---

<sup>16</sup> Juramento de Hugo Chávez no dia em que tomou posse (2 de fevereiro de 1999), retirado de “JONES, Bart. *Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da revolução permanente*. São Paulo. Novo Conceito Editora, 2008.”

membros da Assembléia Nacional Constituinte foram eleitos e a grande maioria dos parlamentares agora eram chavistas.

A rigor, a nova Constituição tinha um carácter mais progressista e rompia a relação com o antigo regime. Ela introduziu importantes mudanças, como:

- i) alteração do nome oficial do país, que passou a ser “República Bolivariana da Venezuela”;
- ii) a Assembléia Nacional passou a ser unicameral, já que o Senado foi extinto;
- iii) ampliou o mandato presidencial de cinco para seis anos, além de permitir a reeleição;
- iv) criou a vice-presidência;
- v) criou dois poderes adicionais ao Executivo, Legislativo e Judiciário, chamados de poder cidadão e poder eleitoral, com função de fiscalizar as contas do governo, defender os interesses da população, com participação direta do cidadão na elaboração de leis, e organizar eleições;
- vi) reduziu a jornada de trabalho semanal em quatro horas, passando para 44 horas;
- vii) garantiu saúde e educação gratuitas, emprego e moradia a toda a população;
- viii) os militares passaram a ter os mesmos direitos eleitorais dos civis,
- ix) as comunidades indígenas tiveram seus direitos culturais e lingüísticos reconhecidos;
- x) a estatal petroleira PDVSA e os campos de petróleo não poderiam mais ser privatizados.

Entre muitas outras medidas, a Constituição estabeleceu que no ano seguinte, em 2000, haveria eleições para todo o poder Executivo e Legislativo, o que incluía o próprio cargo de presidente da República, para legitimar a nova ordem constitucional. Seriam disputados 6.200 cargos públicos no total. Nessa ocasião, Chávez foi reeleito com 59% dos votos, além de vencer em todos os Estados, à exceção de Zulia, a despeito da péssima situação econômica que o país enfrentava. Os aliados a Chávez obtiveram mais de 60% das cadeiras para a Assembléia Nacional.

Dessa forma, com credibilidade renovada, Chávez anunciava que a V República tão pronunciada se iniciava. A aclamada Revolução Bolivariana seria retomada e seus simpatizantes estavam esperançosos quanto a isso. De acordo com Barros (2006, p.224), a criação da nova Constituição possibilitou a reordenação do território nacional, provocou uma mudança cultural e re-legitimou as instituições políticas e os poderes públicos que afetavam o Estado. O presidente tomou posse no dia 11 de agosto, juntamente com a nova Assembléia Nacional, diminuindo a margem de atuação dos partidos participantes do *Punto Fijo*. Por

outro lado, Chávez reunia cada vez mais o número de opositores com sua “revolução pacífica”.

## **II.2 – O Pacote de Leis e o Descontentamento**

Em relação às mudanças institucionais, um dos artigos da Constituição estabeleceu que a PDVSA seria totalmente controlada pelo Estado, sem possibilidade de privatização. Esse item serviu de base para que, em 2001, o governo lançasse uma série de novas leis, chamadas de *Leyes Habilitantes*, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social e atrair investimentos nacionais e estrangeiros.

Como as leis diziam respeito às principais áreas da economia, a classe mais rica da sociedade foi diretamente impactada, o que dificultou a implementação das mesmas. Gerou-se uma grande polêmica acerca do assunto e uma insatisfação em relação ao governo, culminando em uma greve geral ao final de 2001, em um golpe de Estado em abril de 2002 e uma greve de proporções ainda maiores que incluiu o setor petrolífero, no final de 2002 e início de 2003, por parte de uma oposição poderosa e organizada.

### **II.2.1 – *Leyes Habilitantes***

Em novembro de 2001, Hugo Chávez lançou um conjunto de medidas bastante polêmico. O presidente conseguiu aprovar na Assembléia Nacional um pacote de 49 leis, chamadas de *Leyes Habilitantes*, uma espécie de decretos executivos, que regulamentavam alguns artigos da Constituição. As leis intervinham em quase todas as áreas econômicas, a exemplo da lei dos bancos, lei de pesca, lei de hidrocarbonetos e a reforma agrária, o que provocou grande alvoroço por parte da oposição, sendo esta composta principalmente pelas elites rurais e urbanas.

Entretanto, como se percebeu, a maioria das leis teve pouco impacto no contexto econômico, a exceção da Lei de Hidrocarbonetos. Esta elevou os *royalties* por barril de petróleo, cortou taxas do imposto de renda, garantiu a participação de 51% para a PDVSA nas *joint ventures* com empresas estrangeiras petrolíferas e fortaleceu a proibição de privatização da maior empresa estatal, conforme já estipulado pela nova Constituição. Os grandes adversários internos e externos de Chávez começaram a criticar fortemente a medida, mas o presidente

tinha uma idéia fixa: dar continuidade a sua Revolução Bolivariana, e uma das principais artimanhas para tal era direcionar a renda do petróleo para a população de baixa renda, a fim de reduzir a pobreza e a marginalidade.

Outras duas leis polêmicas foram a Lei de Terras e a Lei de Pesca. Na primeira, o governo desejava expropriar as grandes propriedades abandonadas ou improdutivas, qualificadas como latifúndios, com as devidas compensações aos proprietários, de acordo com o preço de mercado. Apesar das expropriações não terem se mostrado tão radicais, os grandes fazendeiros ficaram revoltados. Entretanto, a luta e a persistência em realizar a reforma agrária eram extremamente necessárias já que, de acordo com dados de um estudo da Universidade Central da Venezuela, 60% das terras pertenciam a 1% ou 2% dos proprietários agrícolas (UCHOA, 2003, p.230). A segunda lei dizia respeito à diminuição do trecho dedicado à pesca industrial, aumentando a faixa marítima para a pesca artesanal, que usa tecnologia de baixo impacto ao meio ambiente.

Essas medidas provocaram enormes críticas e os opositores foram tomando força ao longo do ano seguinte, realizando muitos protestos, greves, até chegarem ao golpe de Estado, que será detalhado a seguir.

## **II.2.2 – Forças Conservadoras**

Empregados de diversos setores como o de transporte, de telefonia, de petróleo, além de professores e médicos passaram a reivindicar cada vez mais pela suspensão das leis e decretos, considerados injustos e de cunho esquerdista. A oposição tomava força, auxiliada principalmente pela mídia venezuelana, extremamente poderosa, elitista, com visão neoliberal, apoiada pelos Estados Unidos. Ela acusava Hugo Chávez de ser um ditador que ameaçava a democracia do país e reprimia a liberdade de expressão, chamando-o de louco e psicopata.

Dois importantes nomes da oposição aparecem nesse complicado cenário político. O primeiro deles é Carlos Ortega, presidente do sindicato mais importante, a Confederação dos Trabalhadores Venezuelanos (CTV), e o segundo é o empresário Pedro Carmona, presidente do poderoso grupo empresarial da Venezuela, a Fedecámaras (Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela). Em meados de dezembro de 2001, as duas personalidades anunciaram a primeira greve geral do atual governo, que duraria 12

horas, convencendo grande parte das indústrias e empresas privadas, comércio, bancos, escolas, redação dos principais jornais e a bolsa de valores a aderirem. A paralisação foi significativa e muitos jornalistas diziam que seria impossível que Chávez permanecesse na presidência. Porém, os adeptos a greve estiveram em número muito menor do que o anunciado pela mídia venezuelana e internacional, já que os bairros pobres continuaram com seu cotidiano normal e o principal setor do país - o petroleiro - não participou. A oposição ficou satisfeita com a paralisação e a CTV e a Fedecámaras se uniram para planejarem outro ataque ao presidente, mas desta vez, muito mais forte e bem planejado.

Tudo indicava se tratar um golpe de Estado. Milhares de pessoas nas ruas realizando grandes passeatas, líderes discursando em palanques de locais públicos, pichações por toda parte difamando Chávez, paralisação geral por 24 horas anunciada pela CTV e Fedecámaras - o que incluía alguns executivos e funcionários da PDVSA, além do enorme apoio da mídia local e dos militares de alta patente, objetivando a renúncia imediata de Chávez. A insatisfação com o governo chegara ao limite e, no dia 11 de abril de 2002, ocorreu um golpe contra o presidente. Hugo Chávez, em seu local de trabalho, no Palácio de Miraflores, se viu sem saída frente ao caos que se instalara no país, principalmente em Caracas, e se rendeu aos militares, sendo preso por dois dias, apesar de em momento algum ter renunciado seu cargo.

Um dos maiores opositoristas, Pedro Carmona, chegou a assumir o comando do país e em instantes desfez a maioria das instituições democráticas venezuelana, violando a Constituição. Os Estados Unidos prontamente intervieram para legitimar o novo governo, que mais se assemelhava a uma ditadura. Entretanto, o sumiço do presidente venezuelano revoltou os venezuelanos chavistas, maioria de classes desfavorecidas e militares de baixa patente, dando início ao contragolpe. Os protestos e reivindicações pela aparição e pronunciamento do presidente deposto atingiram proporções ainda maiores que as da oposição, realizados nos dias anteriores. Esta se sentiu cada vez mais ameaçada, até que os principais participantes foram presos ou abandonaram os planos então programados. Dessa forma, Chávez e seus ministros aliados retomaram o poder, porém, seus opositores, frustrados, ficaram ainda mais revoltados com o governo.

A partir de outubro do mesmo ano, a oposição se mostrou restabelecida da derrota anterior, anunciando uma nova onda de greves por todo o país, com o objetivo de fazer com que Chávez renunciasse o cargo de presidente. Mas desta vez, havia um agravante, totalmente inesperado: a paralisação atingiria o coração da economia venezuelana, o setor petroleiro.

*El paro*, conforme ficou conhecido a segunda grande paralisação do governo Chávez, durou cerca de 63 dias e atingiu todos os setores da economia: produção, sistema financeiro, comércio internacional e todos os tipos de serviços (MARINGONI, 2004, p.47). A grande estatal PDVSA praticamente parou suas atividades e gigantescos navios-tanque carregados de barril de petróleo resolveram aderir à greve, demonstrando o alto grau de resistência da oposição. Rapidamente começou a faltar combustível em todas as cidades e as filas se tornaram alarmantes, pois a produção diária de barril de petróleo, que era de cerca de 3 milhões, despencou para 150 mil. Dessa forma, alimentos e outras mercadorias não poderiam ser transportados, o que gerou enorme preocupação para o governo. Em vista do desabastecimento inesperado, a Venezuela - maior produtora de petróleo fora do Oriente Médio - foi obrigada a importar gasolina de vários países, assim como alimentos e gêneros de primeira necessidade.

Em meio ao cenário bastante conturbado, os líderes opositores percebiam a vitória e davam como certo a renúncia de Chávez. Entretanto, o que se via nos bairros de classe média e baixa eram manifestações contra a oposição responsável pela greve. A paralisação durara tempo demais e as pessoas já se sentiam prejudicadas com as perdas no comércio. A produção retomava, aos poucos, os patamares originais, os funcionários voltavam aos seus postos de trabalho e a distribuição de petróleo era restabelecida. A oposição foi novamente derrotada e Hugo Chávez permaneceu na presidência, com grande apoio de milhares de chavistas, apesar quadro econômico de crise que se instalara. O grande desafio do governo era evitar uma grande recessão, conforme será visto no terceiro capítulo deste trabalho.

A consequência da adesão da PDVSA à greve foi a demissão em massa realizada pelo presidente, após o episódio: cerca de 18 mil empregados, sendo a maioria de postos mais altos, foram impedidos de retornarem ao seus empregos. Os líderes do *paro* foram presos ou procuraram asilo político em outros países. Chávez percebia que agora o momento era de ajudar a maior parte da população venezuelana, os pobres e marginalizados, os quais foram fundamentais para a sua permanência no poder, após três grandes rebeliões.

### **II.3 – Os Programas Sociais**

Passado o caos político que estremecera a permanência de Hugo Chávez no poder, o presidente passou a focar suas atenções nos programas sociais, lançando as famosas missões sociais, que ajudariam milhões de venezuelanos em curto espaço de tempo.

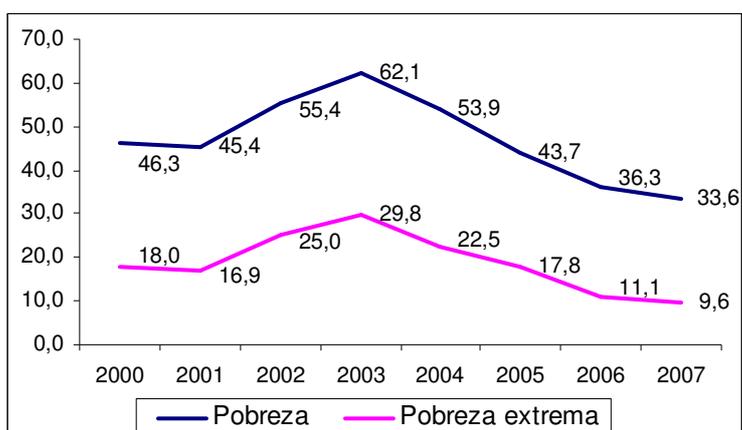
Esses programas foram lançados a partir de 2003, adquirindo diferentes nomes - sendo todos relacionados a Simon Bolívar, o libertador da América espanhola, venerado por Chávez – e foram oferecidos nos centros urbanos e na zona rural do país. Através deles, a população teve acesso a consultas médicas, dentárias e treinamentos de nutrição e medicina preventiva, assim como educação fundamental, média e superior. Foram criados milhares de estabelecimentos que vendiam alimentos a preços subsidiados e foram oferecidos incentivos agrícolas para os pequenos produtores. O governo também lançou programas voltados para a criação de empregos, para a entrega de títulos de propriedade imobiliária para os moradores que não o possuíam e para a retirada gratuita de documentos de identidade para quem desejasse (JONES, 2008, p. 411-425).

Um dos principais programas, *Barrio Adentro*, foi elaborado através de um acordo entre Venezuela e Cuba, em que o primeiro fornecia petróleo a condições favoráveis à ilha, e esta pagava parte da quantia em serviços. Milhares de médicos, professores e treinadores esportivos foram enviados à Venezuela, contribuindo para a melhora do precário sistema de saúde e para reduzir significativamente o analfabetismo no país. Aos poucos, o governo injetou grande quantidade de dinheiro no sistema público de saúde, construindo hospitais, clínicas comunitárias e centros de reabilitação, além de fazer obras nos hospitais já existentes. Eram muitos os programas educacionais, havendo também a inauguração de uma universidade, dedicada a alunos de classe baixa.

Como o ingresso fiscal do petróleo era altíssimo, decidiu-se que os recursos para programa viriam diretamente da grande estatal petrolífera, sem se vincular a nenhum ministério. De acordo com Barros (2006, p.228), em 2004, a PDVSA criou o Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País (FONDESPA), e firmou contrato para a criação de um fundo conjunto como o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BANDES), ambos com o objetivo de arrecadar recursos para oferecer os serviços.

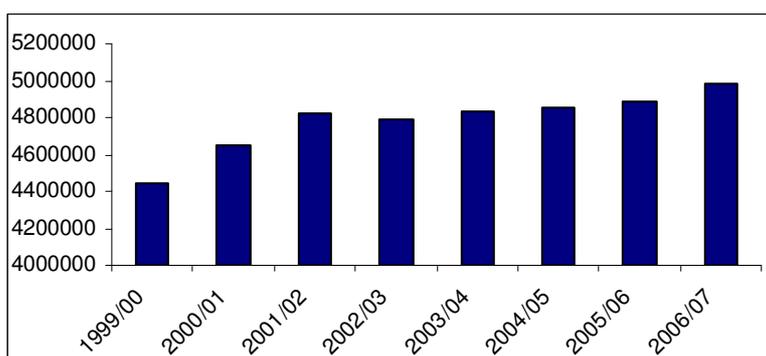
O sucesso dessas políticas sociais foi grande e os profissionais cubanos e voluntários eram muito bem recebidos pelo povo. Era a primeira vez na história do país que se supriam as necessidades dos pobres venezuelanos. De acordo com Jones (2008, p. 414), os gastos per capita com a saúde cresceram 74% entre 1999 e 2005. Extraíndo dados do Instituto Nacional de Estadística Venezolano (INE), seguem alguns gráficos indicando a trajetória do nível de pobreza e pobreza extrema, e educação fundamental e média.

**Gráfico 1: Nível de Pobreza e Pobreza Extrema: 2000-2007**



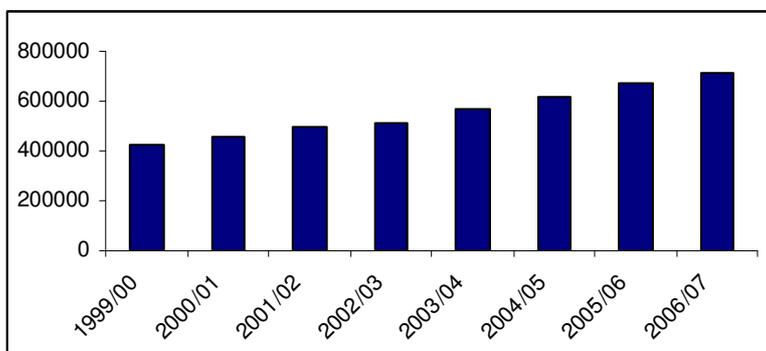
Fonte: Instituto Nacional de Estadística Venezolano (INE).

**Gráfico 2: Alunos Matriculados no Ensino Fundamental: 1999-2007**



Fonte: Instituto Nacional de Estadística Venezolano (INE).

**Gráfico 3: Alunos Matriculados no Ensino Médio: 1999-2007**



Fonte: Instituto Nacional de Estadística Venezolano (INE).

Percebe-se uma piora entre no biênio 2002-2003, explicado pelo golpe de estado de abril de 2002 e pela grande greve petroleira no final deste mesmo ano, quando a economia do país despencou.

As missões ficaram conhecidas internacionalmente, recebendo freqüentes elogios. Entretanto, a elite venezuelana ficou incomodada com a ascensão das classes baixas e passaram a criticar todos os programas. Mas isso não abalou o governo, que Chávez prosseguiu na luta pela Revolução Bolivariana, por uma maior igualdade de direitos.

## **II.4 – As Três Disputas**

A oposição, ainda insatisfeita com as derrotas, recorreu a sua última chance de retirar Chávez da presidência: o referendo revogatório. Segundo a Constituição de 1999, qualquer autoridade eleita pelo voto direto poderia ser submetida a um processo de revogação de seu mandato, depois de cumprido metade de seu período. A oposição queria convocar uma votação para saber se o presidente deveria continuar ou não no cargo. Para tal, precisariam reunir assinaturas de 20% dos eleitores registrados, cerca de 2,4 milhões de pessoas.

O referendo ocorreu em meados de agosto de 2004, com grande comparecimento dos eleitores, em que Hugo Chávez venceu com cerca de 59% dos votos. Os planos sociais para redistribuir renda e fornecer serviços básicos a grande maioria pobre, realizados através da renda petroleira, surtira efeitos positivos e a população não queria perder o único líder que a ajudara tão intensamente. A oposição não aceitou o resultado, alegando fraude nas eleições e alguns queriam a “eliminação física” do presidente. A mídia venezuelana o bombardeava com notícias muitas vezes infundadas e enganosas, não se diferenciando muito da mídia estrangeira, que costumava ridicularizar Chávez e fornecer reportagens imparciais. Além disso, a relação com os Estados Unidos se deteriorou e os dois países não pararam de trocar desavenças. Entretanto, o presidente saíra ainda mais forte após a vitória no referendo, com o objetivo de dar prosseguimento às missões sociais e ao projeto bolivariano.

A fim de controlar parte da mídia, a Assembléia Nacional criou a Lei de Responsabilidade Social para a rádio e televisão, o que foi encarado por alguns como uma restrição à liberdade de expressão. Somado a isso, o presidente criou seus próprios meios de comunicação, como estações de rádio e de televisão, para tentar aliviar a sua imagem, que estava sendo distorcida.

O objetivo final era a vitória nas eleições próximas, em dezembro de 2006, em que Chávez desejava ser reeleito para avançar com suas reformas.

Os dois candidatos com chances de vencer eram Hugo Chávez e Manuel Rosales - governador de Zulia. Suas campanhas eleitorais tiveram poucos debates de idéias e revelaram o clima político polarizado que estava vivendo o país. Ao final, Chávez venceu em todos os estados - com maior força nos bairros pobres, com pouco mais de 62% dos votos válidos. O sucesso das políticas sociais e três anos sucessivos de crescimento econômico, com melhora dos indicadores sociais e macroeconômicos foi fundamental para a vitória nas urnas.

Com mais seis anos no poder, Chávez poderia implementar o seu projeto denominado de Socialismo do Século XXI, em que tentava encontrar uma alternativa ao modelo neoliberal implantado nos anos noventa. Não se tratava de um comunismo como o adotado pela ex-União Soviética e por Cuba, mas também não era aquele capitalismo injusto e desigual da maioria das nações ocidentais. Chávez desejava proporcionar moradia, segurança, saúde e educação decentes a toda a sociedade, reduzindo a desigualdade de renda. Desejava também avançar com o programa de reforma agrária, para a melhor utilização da mão-de-obra desempregada e dos recursos naturais desperdiçados, a fim de o seu país tornar-se auto-suficiente em produtos primários. Outro objetivo era incentivar as indústrias nacionais, promovendo um desenvolvimento endógeno, reduzindo a importação de manufaturados e bens de capital. Todas as medidas seriam tomadas de forma gradual, dentro dos limites da democracia venezuelana.

Uma das propostas de Hugo Chávez era a de realizar um comércio amplo e justo entre as nações latino-americanas, para que todas firmassem acordos de cooperação, ao invés de competirem entre si. Ele buscou aliados em várias partes do mundo, ingressou no Mercosul e firmou contratos de fornecimento de petróleo com a China. Entretanto, a atitude mais marcante de novo mandato foi o anúncio da nacionalização de várias empresas dos setores de eletricidade, gás natural e telecomunicações, a exemplo da CANTV - que monopolizava a telefonia fixa na Venezuela. Uma outra atitude foi dissolver o partido MVR e tentar formar um partido único que reuniria os aliados do governo, chamado de Partido Socialista Unido da Venezuela.

Ainda que conturbado, o cenário venezuelano estava se alterando significativamente. Mesmo assim, a oposição apontava as falhas até então cometidas pelo presidente e a persistência de

diversos problemas, como a corrupção, a criminalidade e as altas taxas de pobreza. Outro incômodo era a grande concentração de poder nas mãos de uma única personalidade, Hugo Chávez.

Isso ficou claro quando, em 2007, Chávez convocou um referendo para propor uma reforma constitucional com 69 medidas, dentre elas, a mais comentada, a de abolir o limite de vezes em que o Presidente da República da Venezuela poderia ser reeleito. Dessa vez, Chávez foi derrotado, obtendo aproximadamente 49% dos votos. Desde 1999, foi a primeira vez que o presidente perdera nas urnas. Muitos venezuelanos, mesmo os aliados, ficaram preocupados com tamanha concentração de poderes que Chávez queria acumular. Apesar disso, Chávez continuou com o apoio da maioria dos venezuelanos prosseguiu com suas reformas nos campos social, político e econômico.

## Capítulo III – O Crescimento Econômico da Venezuela

Este capítulo irá abordar a maioria das questões macroeconômicas na Venezuela no período de 1999 - quando Hugo Chávez tomou posse - até 2007. O quadro econômico tomou diversas formas durante esse período, compreendendo fases de ascensão, crise e recessão. Embora a dependência em relação ao petróleo tenha diminuído, sua economia ainda é fortemente baseada nos voláteis preços desta commodity, o que a torna bastante frágil e vulnerável a choques externos, como revelam os índices macroeconômicos estudados a seguir.

### III.1 – A Evolução dos Índices Macroeconômicos no Período de 1999 a 2007

(...) Hugo Chávez ganhou as eleições de 1998 porque a Venezuela enfrentava a mais catastrófica crise econômica, política, social, institucional e moral, depois de 40 anos de alternância no poder dos partidos Ação Democrática (social-democracia) e COPEI (democracia-cristã). O país e o povo agonizavam com efeito da corrupção, do desperdício e da perversidade da IV República (1958-98). (SEVERO, 2006)

Quando Chávez assumiu a presidência, a situação era de crise devido, principalmente, à baixa do preço do petróleo no mercado internacional - base da economia venezuelana - que alcançava cerca de oito dólares o barril, e à forte contração econômica mundial do final dos anos noventa. Essa crise, além de afastar possíveis países aliados e compradores de petróleo, eliminava as chances de conseguir empréstimos internacionais.

O quadro abaixo, elaborado através dos documentos da CEPAL (*Estúdio Económico de América Latina y el Caribe - 2004-2005*), resume o cenário macroeconômico da Venezuela, comparando-a com outros países da América Latina, como a Argentina, a Bolívia e o Brasil, em 1998, um ano antes de Chávez assumir a presidência.

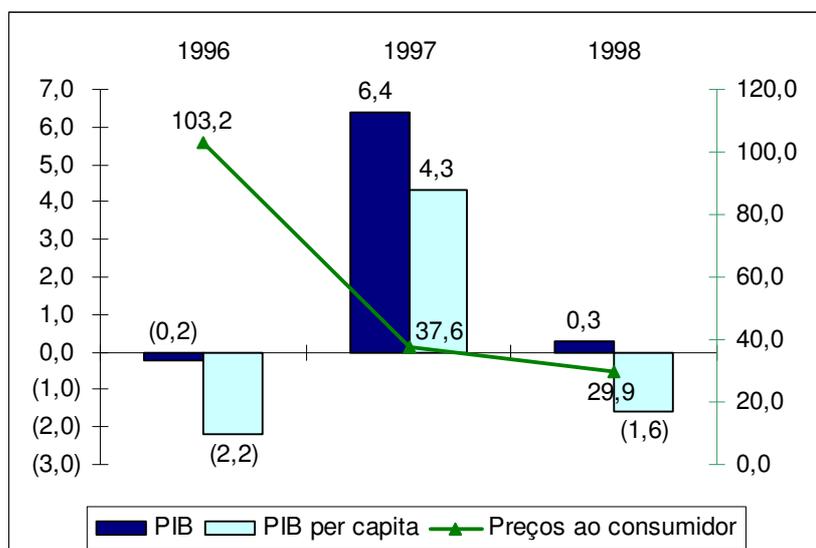
**Tabela 3: Indicadores Econômicos – Comparação de Países – 1997/1998**

	Venezuela	Argentina	Bolívia	Brasil
<b>PIB</b> (taxa anual de variação) (Em moeda nacional a preços constantes)	(0,3)	3,9	5,0	0,1
<b>PIB per capita</b> (taxa anual de variação) (Em moeda nacional a preços constantes)	(1,6)	2,7	2,5	(1,4)
<b>Investimento Interno Bruto</b> (% PIB)	30,7	21,0	23,6	21,1
<b>Balança de Pagamentos</b> (US\$ M)	(3.405,0)	4.090,0	125,0	(16.302,0)
<b>Dívida Externa Bruta</b> (% PIB)	38,4	49,4	54,8	28,4
<b>Câmbio</b> (Índice 2000=100 - média anual)	116,5	108,8	98,5	72,3
<b>Inflação</b> (variação anual dos preços ao consumidor)	29,9	0,7	4,4	1,7
<b>Gastos Correntes do Governo</b> (% PIB)	18,2	23,4	25,3	22,2
<b>Crédito Interno</b> (% PIB - média anual)	13,8	28,7	58,9	45,6
<b>Liquidez da Economia M3</b> (% PIB)	18,3	31,3	50,0	28,5
<b>Taxa de Desemprego Aberto</b> (% PEA, áreas urbanas)	11,3	12,9	6,1	7,6

Fonte: CEPAL (vários anos).

Nos três últimos anos antes de Hugo Chávez assumir a presidência, o quadro econômico do país em relação ao PIB, PIB per capita e inflação, apresentava a seguinte trajetória:

**Gráfico 4: Crescimento do PIB e do PIB per capita e Inflação: 1996-1998**



Fonte: CEPAL (vários anos).

De acordo Severo (2008), o quadro econômico durante o governo de Chávez pode ser dividido em cinco fases, conforme a seguir:

- 1ª) Fevereiro de 1999, quando Hugo Chávez tomou posse, em meio à crise interna e contração mundial;
- 2ª) Dois anos de crescimento econômico, 2000 e 2001, quando o presidente começou a intervir na economia, adotando políticas desenvolvimentistas;
- 3ª) Biênio 2002-2003, de crise e recessão, após o golpe de Estado e as duas greves gerais promovidos pela oposição, devido à crescente autonomia do Estado sobre a economia do país, principalmente sobre o petróleo;
- 4ª) A recuperação econômica no último trimestre de 2003 e no ano de 2004;
- 5ª) Início de 2007, após a reeleição, quando Chávez dá início ao “socialismo bolivariano”.

### **III.1.1 – 1999: Hugo Chávez Presidente**

Em 1999, o PIB da Venezuela sofreu uma queda de 6%, o PIB per capita declinou 7,8% e a inflação, ainda que em trajetória decrescente por conta da recessão, estava alta, em torno de 30% (anual). Milhares de empresas fecharam suas portas, o desemprego atingia 18% da População Economicamente Ativa (PEA) e 50% desta trabalhava no setor informal. A pobreza atingia 80% da população, cerca de 39% era considerada miserável e 37% estava desnutrida (Severo, 2004, p.13). Além da crise econômica, a ascensão de Hugo Chávez - um presidente de cunho esquerdista - gerou incertezas sobre o país, o que fez com que muitos investidores retirassem seu dinheiro da Venezuela em 1998, provocando grande fuga de capitais e diminuição dos investimentos privados. O resultado foi a queda do nível de reservas internacionais em três bilhões de dólares em apenas um ano, atingindo US\$ 14,8 bilhões em 1998.

Diante do cenário de crise e desconfiança, o presidente preferiu agir com bastante cautela na esfera econômica e a continuidade das políticas foi sua palavra de ordem. Os acordos com o FMI continuariam sendo cumpridos, as dívidas seriam normalmente pagas, a ministra da Fazenda Maritza Izaguirre se manteria no cargo e as políticas fiscal e monetária teriam o mesmo cunho ortodoxo. Tais políticas significavam controle de crédito e monetário, corte de gastos públicos, aumento da arrecadação fiscal, manutenção da banda de flutuação da taxa de câmbio e ausência do controle de preços e lucros. Além disso, o governo reforçava a autonomia funcional, financeira e administrativa do Banco Central.

A *Revolução Bolivariana*, diversas vezes abordada por Hugo Chávez em seus discursos de campanha eleitoral, teve que ser iniciada, portanto, na esfera política e internacional. Ela se constituía em redistribuir as rendas do petróleo para a maioria da população e para o setor produtivo e agrário interno. A idéia era a de tentar transformar a estrutura da economia, onde os lucros da PDVSA seriam a fonte de recursos para financiar os programas de intervenção do governo no combate à pobreza e à desigualdade. Para tal, em 1999, Chávez providenciou a alteração da Constituição e realizou acordos de regulação da oferta de petróleo com importantes países produtores, objetivando o aumento de preço desta commodity e elevação dos ingressos fiscais, conforme explicado no capítulo anterior. O presidente obteve sucesso nos dois âmbitos, já que a nova Constituição foi aceita pela população e os preços do petróleo voltaram a subir.

Com o ajuste recessivo, a economia mostrou um péssimo desempenho em 1999, as taxas de desemprego aumentaram e um número ainda maior de trabalhadores se dirigiu ao setor informal. Entretanto, a situação das contas externas melhorou devido à contração da demanda interna e à elevação dos preços do petróleo, conforme mostra a tabela a seguir:

**Tabela 4: Balanço de pagamentos – 1998-1999**

	Em Milhões de Dólares	
	1998	1999
<b>Balanço de Pagamentos</b>	(2.889)	1.068
<b>Saldo de Trasações Correntes</b>	(4.432)	2.112
Balança Comercial	952	6.471
<b>Conta Capital e Financeira</b>	3.205	(510)

Fonte: Banco Central da Venezuela.

Também no ano de 1999, foi dado início ao *Plano Bolívar 2000*, em que 70 mil oficiais das Forças Armadas e 80 mil civis foram às ruas e zonas rurais de todo o país para levar assistência médica, remédios e vacinas aos pobres, vender alimentos a baixo preço, reformar rodovias e hospitais, continuar desenvolvendo outras obras de infra-estrutura que estavam paradas, retirar o lixo das ruas, entre outras tarefas. Apesar das constantes críticas da oposição, do orçamento restrito e das denúncias de corrupção, o plano conseguiu atingir as áreas mais pobres do país e essa população ficou satisfeita com a melhora de vida, ainda que fosse algo momentâneo. Com isso, a popularidade de Chávez cresceu e ele pôde avançar com seu projeto.

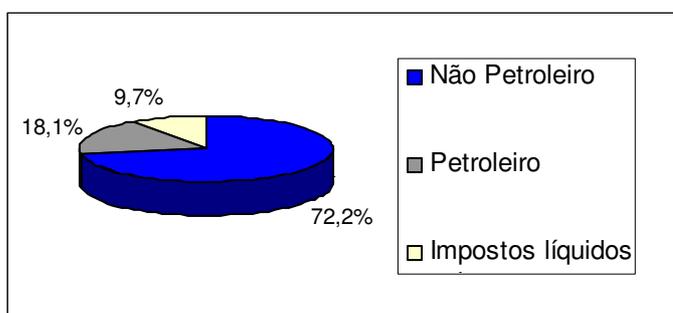
### III.1.2 – Estado Desenvolvimentista e o Crescimento de 2000 e 2001

A alta do preço do petróleo, a maior arrecadação e uma política fiscal mais expansionista foram os fatores determinantes para a recuperação econômica de 2000, quando o PIB acumulou um crescimento de 3,7%. As exportações petrolíferas avançaram muito, não acompanhadas pelas importações, o que proporcionou um maior saldo da balança comercial e do Balanço de Pagamentos. Elevou-se o patamar de reservas internacionais, o câmbio ficou valorizado e reduziram-se os juros e a inflação, esta atingindo a marca de 14%. Entretanto, o PIB per capita cresceu apenas 1,8% e o desemprego continuou alto.

Em 2001, os preços do petróleo sofreram queda de quase 17%, houve novos cortes de produção estipulados pela OPEP e a economia dos EUA se retraiu. Neste ano, o PIB venezuelano cresceu 3,4%, um pouco menos que em 2000. Entretanto, o que merece destaque é a sua nova composição: enquanto o PIB petrolífero sofreu queda de 0,9% de 2000 para 2001, o PIB não-petrolífero cresceu 4%, mostrando uma melhora dos outros setores produtivos da economia, como comércio, manufatura e construção civil.

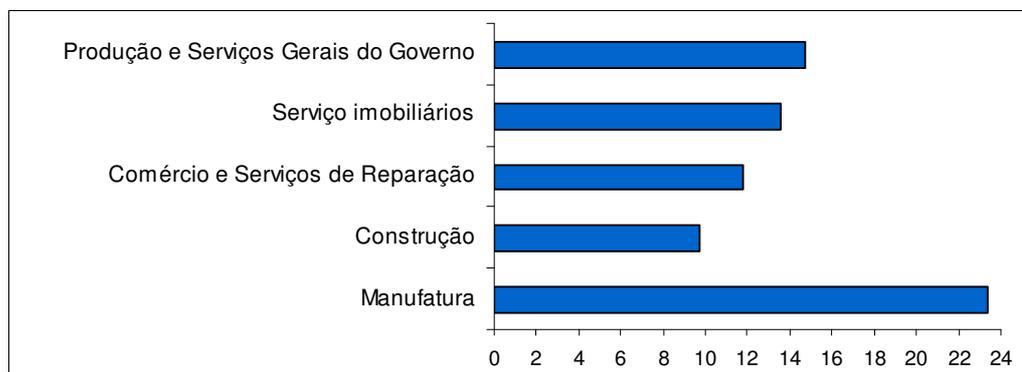
O declínio do preço do petróleo afetou as contas externas do país, que terminaram o ano com um déficit de US\$ 1,8 bilhões. A inflação se estabilizou em torno de 13% e com juros baixos e política fiscal expansionista, o governo conseguiu estimular a economia, reduzindo a taxa de desemprego para 12,8%. Vale destacar a leve tendência de crescimento dos gastos sociais do governo, mesmo dentro de um plano econômico de caráter ortodoxo: os gastos com educação foram de 3,2% do PIB para 4,7%, entre 1998 e 2001, e os gastos com a saúde foram de 1,3% para 1,5% do PIB. (BARROSb, 2007, p.24)

**Gráfico 5: Composição do PIB da Venezuela em 2001**



Fonte: Banco Central da Venezuela.

## Gráfico 6: Participação das Principais Contas do PIB Não Petrolero da Venezuela em 2001 (%)



Fonte: Banco Central da Venezuela.

Chávez fora reeleito em julho de 2000, com desempenho ainda melhor do que nas eleições de 1998. Ele precisava tomar medidas mais eficazes do que as do Plano Bolívar 2000, a fim de alterar a estrutura da economia, marcadamente rentista, pobre e desigual. Em 2001, o governo lançou o *Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001-2007*, com o objetivo de obter equilíbrio político, econômico, social, territorial e internacional e diminuir a dependência do país das receitas do petróleo (SEVERO, 2008, p.6). Conforme explicitado no capítulo anterior, Chávez lançou 49 decretos com força de lei (*Leyes Habilitantes*) durante o ano de 2001, que causaram enorme reação da oposição elitista.

### III.1.3 – O Biênio de Crise: 2002-2003

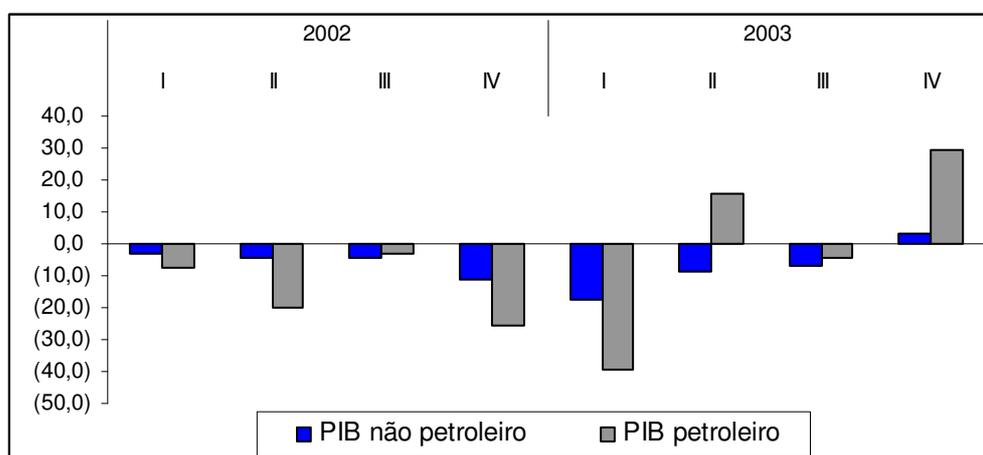
Logo no início do ano de 2002, depois que o governo assumiu maior controle sobre o petróleo - com a Lei dos Hidrocarbonetos - ele realizou mudanças no regime cambial. A forte apreciação da moeda venezuelana (Bolívar) nos últimos anos e os elevados déficits fiscais estavam desestabilizando a economia. Com isso, o governo adotou o regime de câmbio flutuante, ao invés do antigo regime de bandas cambiais utilizado desde 1996, o que provocou uma desvalorização nominal de mais de 100% sobre o Bolívar. Essa medida conseguiu conter a fuga de capitais que estava ocorrendo desde 2001, aumentando as reservas internacionais (SEVERO, 2004, p.20).

As projeções sobre a economia da Venezuela eram de crescimento, porém, o restante do ano de 2002 e o ano de 2003 mostraram significativa queda do PIB e características de uma economia de guerra. A causa disso está nos protestos executados pela oposição chavista: a

greve de menores proporções no início do ano, o golpe de Estado em abril e a greve geral que durou três meses e atingiu o setor petrolífero, no fim do ano. Conforme visto no capítulo anterior, Chávez conseguiu se manter no poder após todos os acontecimentos, porém, a última paralisação provocou sérios danos à economia e ao setor petrolífero – com a brusca redução da produção diária de barris, centenas de empresas fecharam, o país precisou importar alimentos e petróleo, totalizando uma perda de 13,3 bilhões de dólares.

O PIB caiu 8,9% em 2002 e 7,8% em 2003 e os setores mais afetados foram o industrial, a construção civil e o comércio. O gráfico abaixo mostra a trajetória do PIB não petrolífero e petrolífero (que sofreu queda ainda maior) durante esses dois anos, em variação trimestral.

**Gráfico 7: Crescimento do PIB Não Petrolífero e Petrolífero, por Trimestre: 2002-2003**



Fonte: Banco Central da Venezuela.

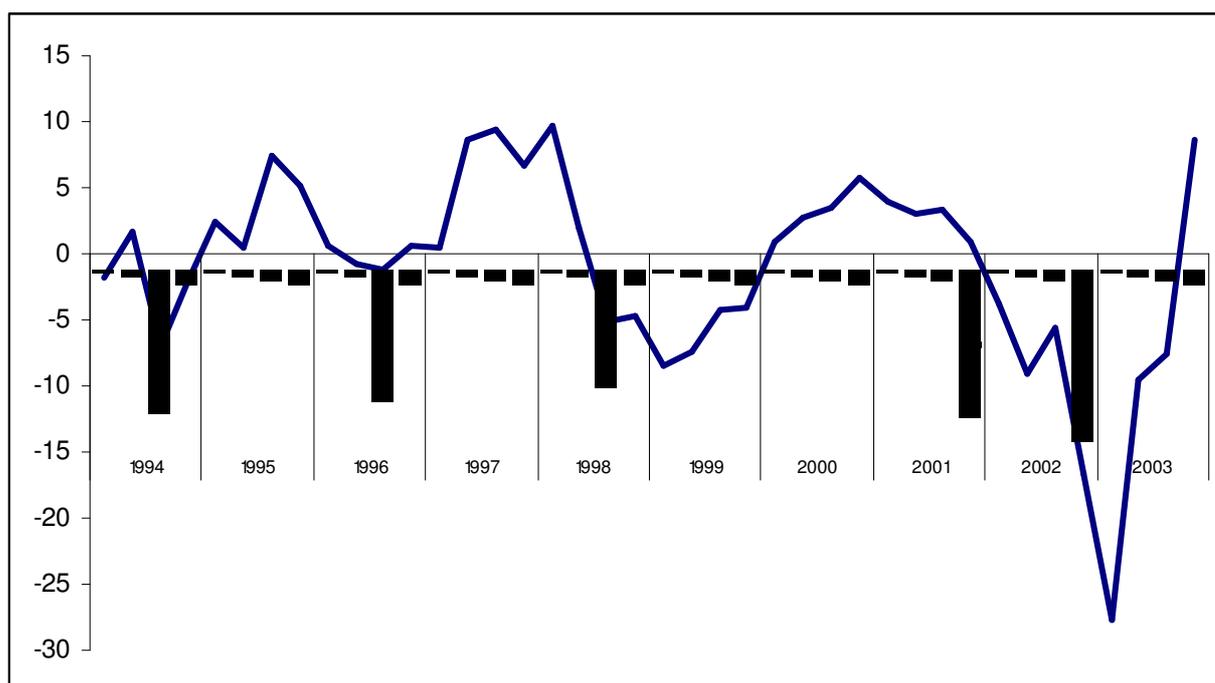
O fato de o país normalmente importar grande quantidade de bens de consumo, somado à desvalorização do Bolívar, provocou aumento da inflação em 2002, que vinha em trajetória decrescente desde 1999. A taxa de desemprego aumentou de 13% para 15,8% de 2001 para 2002 e o emprego informal voltou a subir. Em relação ao setor externo, a desvalorização cambial não deixou as exportações caírem com a contração da atividade econômica, ao contrário do que aconteceu com as importações, o que resultou em um aumento do saldo em conta corrente de US\$ 1,9 bilhões em 2001, para US\$ 7,6 bilhões em 2002. Entretanto, a conta financeira piorou e o balanço de pagamentos terminou com um déficit de US\$ 4,4 bilhões, pois a recessão gerou grave crise de desconfiança.

Terminada a paralisação, o setor petrolífero recuperou a produção, ainda que a níveis inferiores ao que precedeu a greve. Em fevereiro de 2003, o cenário econômico continuava complexo, com alto desemprego e nível de preços, déficit fiscal e crédito contraído - apesar da queda nas taxas de juros. Para evitar a grande fuga de capitais e conseqüente desvalorização da moeda nacional, as autoridades monetárias fixaram o câmbio em Bs1600:US\$1, que seria corrigido anualmente, e proibiram o comércio de dólares no país. Esse controle, somado à recuperação dos preços do petróleo e da exportação desse produto, possibilitou o aumento de reservas internacionais, porém, rapidamente, formou-se um mercado paralelo de dólar, em que a cotação era muito superior à oficial (CEPAL, 2003, p.102). Com o câmbio fixo e com o controle de preços de bens e serviços de consumo básico, o governo pôde também controlar a inflação, que ficou em torno de 26% ao ano.

É importante observar que, apesar da crise política e econômica, o governo não interrompeu as missões sociais em andamento, e os gastos com saúde, educação e seguridade social continuaram avançando. Depois da crise, esse tipo de investimento foi ainda maior, o que justifica parte do apoio popular de Chávez.

A economia venezuelana, até 2003, continuava muito débil e sujeita às variações do cenário internacional. Tamanha vulnerabilidade se devia à significativa dependência de apenas um setor produtivo, o petroleiro, que correspondia a 82% das exportações, 80% das receitas governamentais e cerca de 30% de toda a produção nacional. O gráfico abaixo mostra o PIB da Venezuela de 1994 até 2003 e as crises Mexicana, Asiática, Russa, Argentina e a Venezuelana, indicando a queda do nível de produção interno quando a economia mundial passa por alguma crise ou recessão.

**Gráfico 8: PIB Venezuela (1994-2003) e as Crises Mundiais**

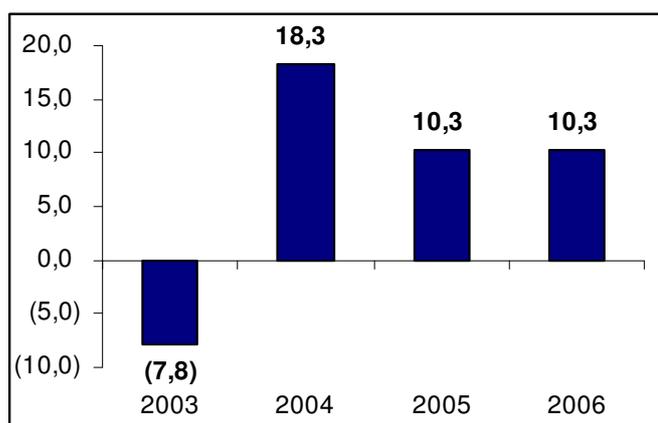


Fonte: Banco Central da Venezuela – PIB a preços constantes de 1984.

### **III.1.4 - A Recuperação Econômica em 2004**

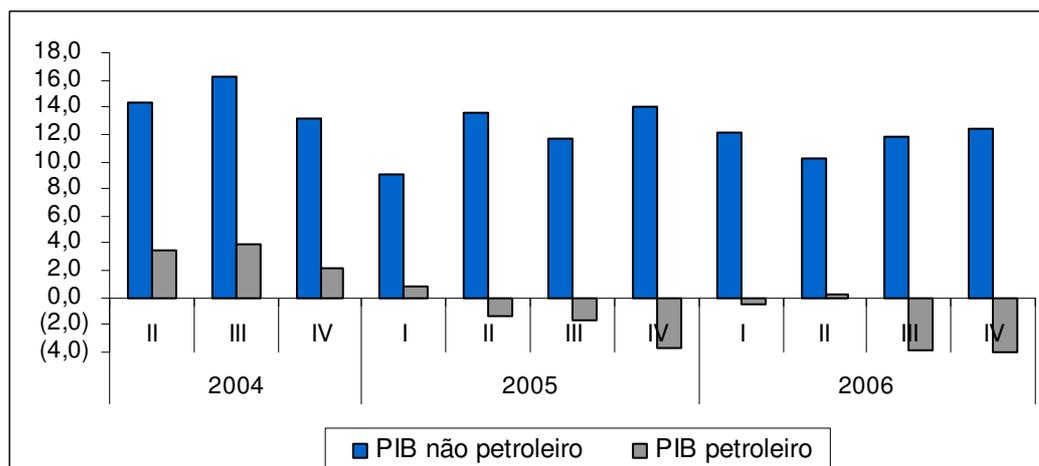
Começaram a aparecer sinais de recuperação econômica no último trimestre de 2003, quando a variação do PIB foi de 8%. Neste trimestre e no primeiro de 2004, o setor petrolífero cresceu significativamente, atingindo as marcas de 29,3% e 67%, respectivamente. Tamanho crescimento se explica pela retomada da produção após quase total paralisação desta atividade no período anterior e pela elevação dos preços do petróleo logo em seguida. A partir de então, os períodos que se seguiram foram prósperos, com destaque para a atividade não petrolífera, principalmente o setor financeiro, o de comércio e construção civil.

**Gráfico 9: Crescimento Anual do PIB: 2003-2006**



Fonte: Banco Central da Venezuela.

**Gráfico 10: Crescimento do PIB Não Petrolero e do PIB Petrolero: 2º Semestre de 2004-2006, Variação Trimestral**



Fonte: Banco Central da Venezuela.

**Tabela 5: Crescimento das Atividades Não-Petroleras que Mais se Destacaram: 2004-2006 (%)**

	Setor Financeiro	Comércio	Construção
2004	37,9	28,6	25,1
2005	36,4	21	20
2006	43,9	19,1	35,6

Fonte: Banco Central da Venezuela.

De acordo com Severo (2008), a reativação econômica em 2004 se deve entre outros fatores: ao controle cambial; à tomada de poder do governo sobre a PDVSA e seus lucros; à criação do *Fondo Nacional de Desarrollo* (FONDEN), que recebe parte dos recursos da PDVSA para realizar investimentos estratégicos de desenvolvimento em indústrias básicas, infraestrutura, transporte, habitação, petróleo e gás; ao esforço para aumentar a arrecadação de impostos; e aos maiores investimentos públicos no social. Além disso, o Estado passou a fechar acordos com empresas privadas nacionais para avançar com os investimentos na área industrial e agrícola, a fim de transformar o caráter da economia venezuelana, de rentista para produtiva, promovendo um desenvolvimento econômico endógeno.

Com a reativação do setor industrial, a economia venezuelana passou a produzir mais e pôde reduzir as importações de bens de consumo final e aumentar a compra de máquinas e equipamentos. O comércio externo registrou significativo aumento no triênio - as importações e exportações cresceram em valor e em quantidade – e Chávez aproveitou o bom momento para buscar novos mercados, a exemplo dos acordos firmados com a China, Espanha e Itália e a entrada da Venezuela como membro do Mercosul, em dezembro de 2005, como parte do seu *projeto bolivariano de integração*. Entretanto, em 2006, o país se retirou da Comunidade Andina e do Grupo dos Três, os quais participavam também a Colômbia e o México. Somado a isso, o presidente promoveu também visitas estratégicas à Rússia e a Índia e fez uma aliança com o Irã, um dos maiores inimigos dos Estados Unidos.

É importante observar nesse contexto que o comportamento favorável dos preços do petróleo é o que justifica grande parte do crescimento. Com isso, foi possível promover políticas fiscais e monetárias expansionistas (grande aumento da liquidez e do crédito) e ampliar os saldos do balanço de pagamentos e das reservas internacionais. A partir do retorno do investimento bruto em capital fixo e taxas de juros mais baixas, a demanda interna cresceu em todos os anos. Apesar disso, a inflação cedeu devido, principalmente, ao controle do câmbio<sup>17</sup> e de preços, à disponibilidade de bens na economia e de reservas internacionais para importar (CEPAL, 2004).

---

<sup>17</sup> O governo manteve o regime de administração de divisas adotado em 2003 e as restrições à saída de capitais. A taxa de câmbio ficou fixa em Bs 2,15 por dólar (CEPAL, 2006, p.88).

**Tabela 6: Dados Estatísticos: 2003-2006**

	2003	2004	2005	2006
Preços do Petróleo (Valores constantes de 2007)	32,51	42,02	57,90	67,03
Taxa de Juros Passiva Nominal <sup>1</sup>	17,2	12,6	11,7	10,1
Taxa de Juros Ativa Nominal <sup>1</sup>	25,7	17,3	15,6	14,6
Balanço de Pagamentos <sup>2</sup>	5.443	1.900	5.454	5.138
Reservas Internacionais <sup>2</sup>	20.666	23.498	29.636	36.672
Preços ao Consumidor <sup>3</sup>	27,1	19,2	14,4	17,0

Fonte: CEPAL (vários anos) e Banco Central da Venezuela.

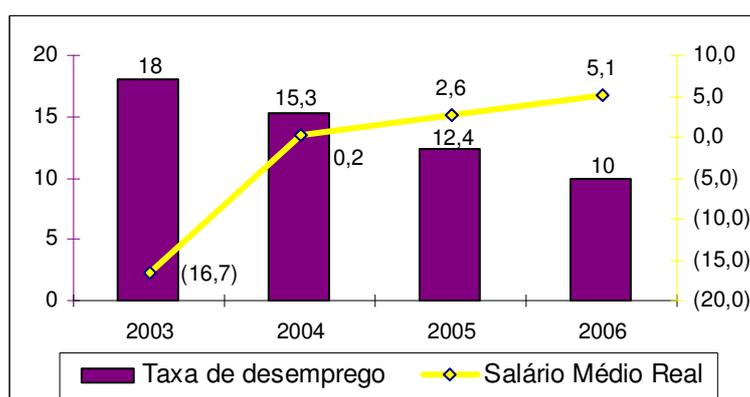
<sup>1</sup> Porcentagem média anual

<sup>2</sup> Milhões de dólares

<sup>3</sup> Taxa de variação anual

As taxas de desemprego apresentaram queda desde 2003 acompanhadas da taxa de informalidade do trabalho. Já o salário médio real apresentou crescimento contínuo e o salário mínimo cresceu cerca de 80% desde que Chávez tomou o poder. Esse fator somado aos maiores gastos públicos em educação e saúde provocaram diminuição da pobreza e miséria da população venezuelana.

**Gráfico 11: Taxa de Desemprego (média anual) e Salário Médio Real (variação anual): 2003-2006**



Fonte: CEPAL (vários anos).

### III.1.5 – 2007: O Socialismo do Século XXI

O presidente Hugo Chávez foi reeleito em dezembro de 2006, com mais de 62% dos votos, com o discurso sobre o Socialismo do Século XXI. A rigor, esse tipo de socialismo em nada se assemelharia ao da ex-União Soviética ou de Cuba. O que Chávez propunha era o aprofundamento do comércio entre os países, a partir da cooperação entre os mesmos, principalmente os países latino-americanos.

Logo no início de 2007, Chávez anunciou a nacionalização de várias empresas de setores estratégicos, como o de telecomunicações, gás e eletricidade, mediante ao pagamento de indenizações. Ele nacionalizou também as principais reservas de petróleo e outros minerais do país. Ademais, o seu projeto incluía, entre outros, aprofundar o programa de reforma agrária, acelerar a produção agrícola, investir fortemente na indústria de base, aumentar a produção interna, reorganizar as repartições públicas ineficientes e controlar o nível de preços.

A *revolução chavista*, como ficou conhecida a fase de transformações promovidas por Chávez na Venezuela, prosseguiu em outras áreas. Ele dissolveu o seu antigo partido, MVR e formou o Partido Socialista Unido da Venezuela, reunindo seus apoiadores; alterou o seu gabinete de governo; não renovou a licença da rede de televisão RCTV; e intensificou a participação popular na elaboração, manutenção e implementação de políticas públicas. Todas essas medidas provocaram forte reação da oposição, principalmente depois que a nova Lei Habilitante foi aprovada pela Assembléia Nacional. Ela permitiu que o presidente ditasse decretos com força de lei em diversos setores, por 18 meses. Em dezembro, a reforma constitucional elaborada por Chávez foi submetida ao referendo popular, mas não foi aprovada pela maioria da população, conforme já explicado.

Nesse ano, o PIB cresceu em todos os trimestres, acumulando uma alta de 8,4%. Merece destaque a atividade não petroleira, que cresceu 9,5% - principalmente os setores de comunicação, comércio e instituições financeiras - enquanto a atividade petroleira decresceu 4,2%. Como o preço do barril de petróleo continuou em ascensão, o governo obteve cada vez mais recursos próprios para continuar seus investimentos programados, sem a necessidade de recorrer ao FMI ou BID. Além disso, foi possível reduzir as dívidas públicas interna e externa, renegociando-as, em que a primeira ficou em um patamar de 7,3% do PIB e a segunda em 12% do PIB, em 2007.

As políticas monetária e fiscal permaneceram expansionistas, com aumento de liquidez e de crédito, manutenção da taxa de juros nos níveis de 2006, incremento nos gastos correntes do governo, redução de alíquotas (para serviços de transporte de alimentos, por exemplo) e eliminação de alguns impostos, como o IVA para alimentos básicos. As autoridades monetárias continuaram com a administração de divisas e controle de capitais, mantendo inalterada a taxa de câmbio.

O Índice de Preços ao Consumidor aumentou 18,6% em novembro de 2007, comparado à dezembro de 2006, sendo os principais responsáveis a saúde, os restaurantes e os setores de alimentos e bebidas. Apesar da inflação, houve incremento do salário real médio, tanto no setor privado como no público. As reservas internacionais fecharam em US\$ 33,4 bilhões, um pouco menos que em 2006, e a balança comercial seguiu em superávit – mesmo em um nível menor que o do ano anterior, dada a redução das exportações petroleiras e o aumento das importações de bens. Com a diminuição do saldo em conta corrente e aumento do déficit em conta de capital e financeira, o balanço de pagamentos fechou em um déficit de US\$ 5.742 milhões (em 2006 houve superávit de US\$ 5.138 milhões). Apesar disso, o quadro econômico era favorável e a tendência era de crescimento.

A partir de 2007, o governo lançou um projeto de desenvolvimento chamado *Plan Económico y Social de la Nación 2007-2013* ou *Primer Plan Socialista*, em que Chávez pretende investir mais pesadamente na agricultura, indústrias, infra-estrutura, turismo, petroquímica e gás, com recursos financeiros próprios, advindos da renda petroleira. Seu objetivo é atingir a independência econômica em breve.

### **III.2 – Nove Anos do Governo Hugo Chávez**

Desde que Hugo Chávez assumiu a presidência, sua idéia principal era a de redistribuir os lucros do petróleo para todo o conjunto da população, de maioria pobre. Para isso, foi preciso enfrentar poderosas forças da oposição, uma camada rentista sem interesse na maior produção interna e um sistema político altamente corrupto. Ainda sim, Chávez conseguiu realizar grandes projetos, com destaque para as missões sociais e para os planos desenvolvimentistas. Nesse caminho, houve alteração da Constituição, recomposição da Assembléia Nacional, estatização de algumas empresas (entre elas a PDVSA), criação de diversas leis, alteração do

regime cambial, entre muitas outras medidas, que levaram a oposição a organizar um golpe de estado e uma grande greve geral.

Cabe aqui, destacar a importância da Venezuela no cenário internacional de petróleo. Em janeiro de 2007, o país apresentava uma reserva de 79,9 bilhões de barris, mais do que os EUA e México juntos, sendo superada apenas pela Arábia Saudita, Canadá, Iran, Iraque, Kuwait e União dos Emirados Árabes. Além disso, ele possui mais de 270 bilhões de barris de petróleo bruto pesado na Faixa do Orinoco, no centro do país. Devido à consistência do seu petróleo, não muito puro, o barril venezuelano é geralmente vendido com um desconto de dez dólares em relação ao valor geral da Brent de petróleo. A Venezuela se apresenta como o sexto maior exportador desta commodity atualmente, e a PDVSA é uma das maiores empresas produtoras de petróleo do mundo e uma das que mais gera emprego no país (EIU, Country Profile, 2008). Entretanto, vale observar que apesar de a sua reserva e produção serem muito altas quando comparadas aos níveis latino-americanos, o seu consumo é bem inferior ao do Brasil e México, por exemplo.

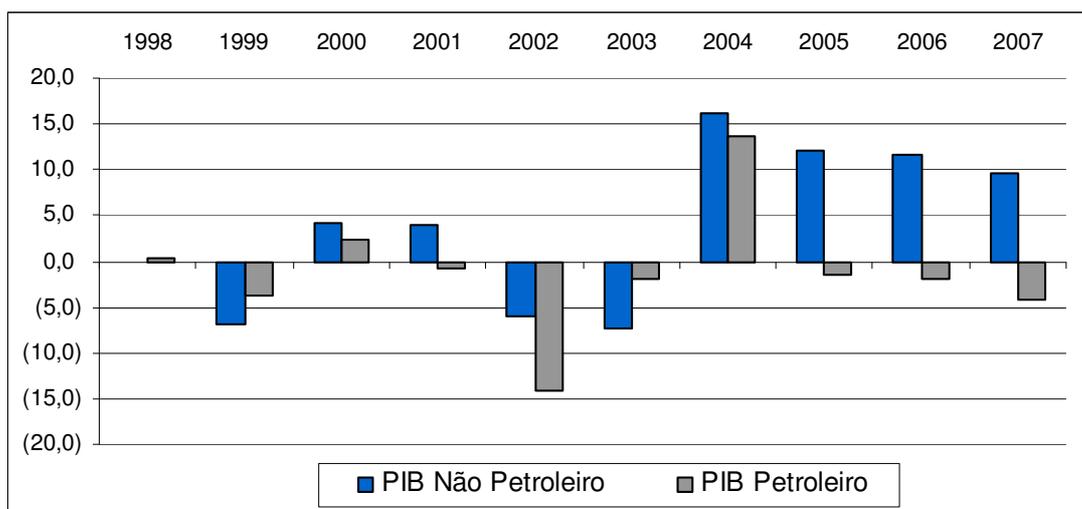
**Tabela 7: Reservas, Produção e Consumo de Petróleo na América Latina: Jan. 2007**

RESERVAS (bilhões)		PRODUÇÃO (milhões b/d)		CONSUMO (milhões b/d)	
<b>Venezuela</b>	<b>79,9</b>	México	3.684	Brasil	2.232
México	12,9	<b>Venezuela</b>	<b>2.835</b>	México	2.030
Brasil	11,2	Brasil	2.098	<b>Venezuela</b>	<b>633</b>
Equador	4,5	Argentina	774	Argentina	494
Argentina	2,5	Colômbia	532	Colômbia	287
Colômbia	1,5	Equador	536	Chile	244

Fonte: Relatório e apresentação REISE sobre o panorama energético na Venezuela, Petrobras, outubro de 2007.

Neste período, com uma política heterodoxa e com o escoamento dos recursos do petróleo para o resto da economia, o setor industrial se desenvolveu significativamente e a importância da atividade petrolífera no PIB diminuiu de 19,2% para 12,2% (entre 1999 e 2007).

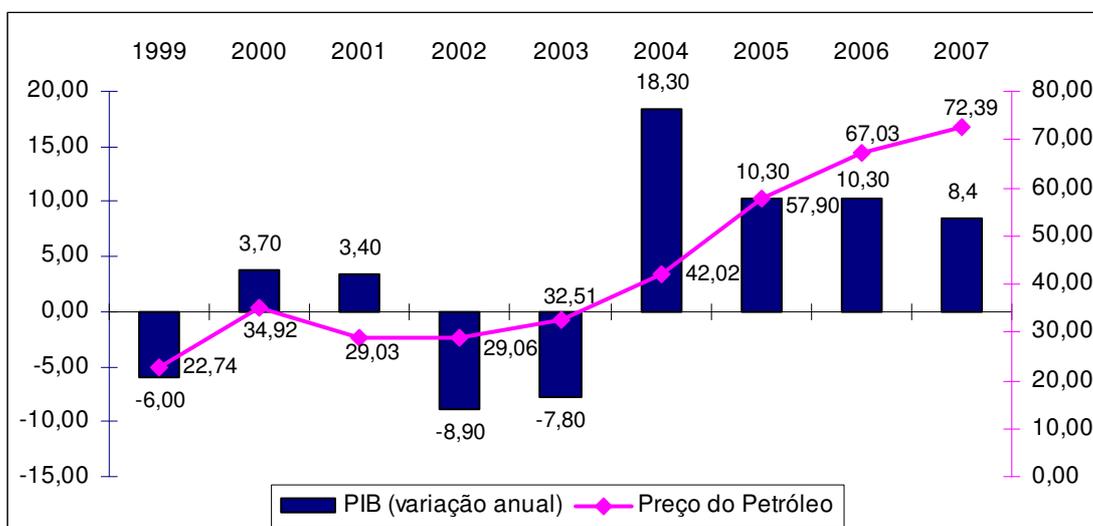
**Gráfico 12: Crescimento do PIB Não Petroleiro e Petroleiro (variação anual): 1999-2007**



Fonte: Banco Central da Venezuela

O gráfico a seguir indica a variação do PIB e os preços do petróleo durante o governo de Hugo Chávez. Ele mostra a alta correlação dos dados, indicando que a economia da Venezuela acompanha o desempenho dos preços dessa commodity, ou seja, cresce em períodos de alta e decresce quando os preços do barril despencam. Isso significa que, apesar dos investimentos em outros setores que Chávez vem realizando desde que assumiu a presidência e do crescimento da atividade não petrolífera apresentado acima, o país ainda é altamente dependente de uma só mercadoria, o petróleo.

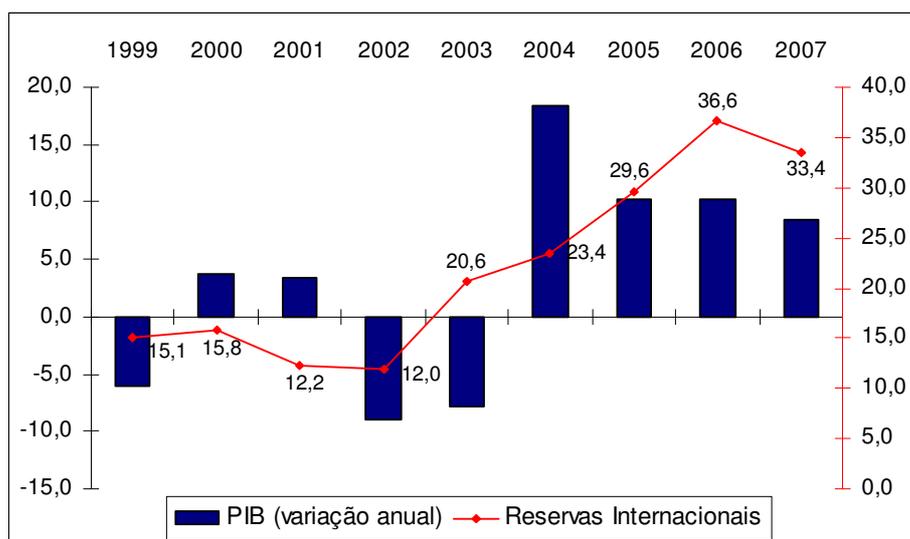
**Gráfico 13: Crescimento do PIB (variação anual) e Preço do Petróleo (US\$): 1999-2007**



Fonte: Banco Central da Venezuela e BRITISH Petroleum (2007): “Statistical Review full Report Workbook 2008”, tabela “Oil: Crude oil prices 1861–2007”.

O preço do barril de petróleo, além de influenciar na dinâmica de crescimento do país, altera também o nível de reservas internacionais acumulados durante o ano, pois quanto maior é esse preço, mais alto é o valor das exportações.

**Gráfico 14: Crescimento do PIB (variação anual) e Reservas Internacionais (US\$ bilhões): 1999-2007**



Fonte: Banco Central da Venezuela

Para efeito de comparação, a tabela abaixo mostra alguns dados de crescimento do PIB nos últimos cinco anos, indicando que a Venezuela está crescendo acima da média do mundo e da América Latina.

**Tabela 8: Crescimento do Produto Interno (%) e PIB (US\$ bilhões): 2003-2007**

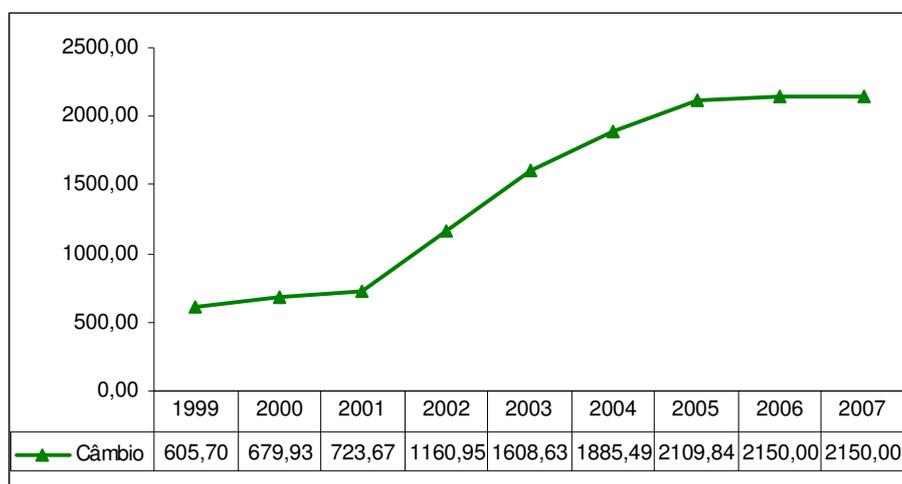
	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Crescimento PIB Mundial</b>	2,7	4,0	3,5	4,0	3,7
<b>Crescimento PIB América Latina</b>	2,2	5,9	4,4	5,4	5,4
<b>Crescimento PIB EUA</b>	2,5	3,6	3,1	2,9	2,2
<b>Crescimento PIB Brasil</b>	1,1	5,7	3,2	3,8	5,4
<b>Crescimento PIB Venezuela</b>	-7,8	18,3	10,3	10,3	8,4
<b>PIB EUA</b>	10.960,8	11.685,9	12.421,9	13.178,4	13.807,6
<b>PIB Brasil</b>	538,6	666,5	917,7	1.091,1	1.444,6
<b>PIB Venezuela</b>	83,5	112,5	145,5	184,5	228,1

Fonte: Banco Central da Venezuela; EIU, Country Profile 2008; Australian Government – Department of Foreign Affairs and Trade.

Desde que Chávez assumiu a presidência, foi possível notar um aumento dos investimentos (formação bruta de capital fixo) como porcentagem do PIB e das importações de bens de capital. Durante a greve geral de 2002-2003, os investimentos eram de 15% do PIB e em 2007 ficaram em torno de 30%, bem acima dos 20% da média da América Latina. Mesmo com uma maior produção, o país ainda é considerado pouco industrializado e precisa importar elevado coeficiente de bens de consumo, devido ao aumento da demanda interna nos últimos anos, causado pelo crescimento do PIB. De acordo com Severo (2008), como esse aquecimento do consumo não pode ser acompanhado pela oferta do país, os preços acabam ficando pressionados, mas, por outro lado, com tamanha entrada de divisas estrangeiras, o câmbio tende a se valorizar, facilitando as importações, suprimindo o mercado doméstico.

Em vista desse aumento de demanda, o Índice de Preços al Consumidor (IPC) acumulou 20,7% em 2007, mantendo uma trajetória crescente desde 2005. O país tenta controlar a inflação, mas esta já se encontra no nível de dois dígitos a mais de duas décadas, mesmo em 2004, quando a sobrevalorização do câmbio conteve os preços pela redução dos custos de importação. Chávez se utiliza do controle de preços, da venda de produtos básicos a preços subsidiados e de taxas administradas do câmbio para tentar controlar do IPC.

**Gráfico 15: Câmbio Real: 1999-2007**

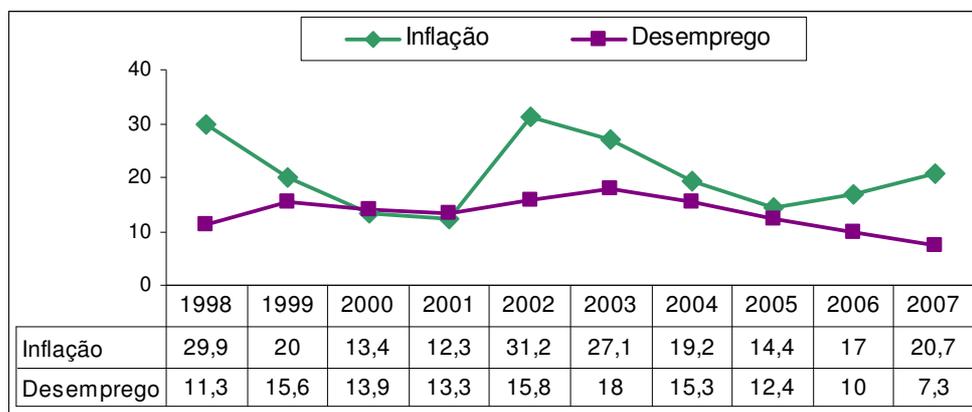


Fonte: Banco Central da Venezuela

As taxas de desemprego, por sua vez, são historicamente elevadas, o que reflete o domínio do uso de capital na indústria. Isso ocorre devido à facilidade na importação de máquinas e equipamentos – por causa da abundância de divisas estrangeiras provindos da exportação do petróleo, o que freia a indústria de base interna; e devido ao predomínio da atividade

petroleira pouco empregadora de mão de obra. Entretanto, o crescimento econômico e os novos investimentos nas áreas de infra-estrutura, indústria, transporte e serviços, a partir de 2003, fizeram essa taxa se reduzir, atingindo 7,3% da PEA em 2007, como mostra o gráfico.

**Gráfico 16: Trajetória da Inflação e Desemprego: 1999-2007**



Fonte: CEPAL (vários anos).

Os dados de Severo (2008) mostram que, além da taxa de desemprego estar em queda, a qualidade dos empregos também melhorou, já que a participação do setor formal cresceu de 48,7%, em fins de 2002, para cerca de 57%, em 2007. Grande parte desses novos empregos foi criada nos setores não petroleiros, como indústrias, comércio, serviços e transporte.

Por último, a respeito do setor externo, destaca-se o crescente superávit da conta corrente desde 2001, com uma redução apenas em 2007, causada pelo forte aumento das importações, devido ao aquecimento da demanda interna. A maior responsável por esse resultado positivo é a exportação de petróleo que, em valores, já cresceu quase 88% desde 2001, tanto pela maior demanda mundial quanto pelo incremento significativo nos preços do petróleo, como mostrou o gráfico 13. Ou seja, apesar de a atividade petroleira não estar crescendo no país tanto quanto às outras atividades (ou até apresentando queda de produção), como visto acima, os preços elevados do barril petroleiro e a decisão do governo de restringir todas as outras exportações primárias – a fim de que o país produza para o consumo interno - sustentam a maior parte das exportações e confirmam a dependência do país neste setor (aço e alumínio também compõem importante parte dos ganhos de exportação). No final de 2007, com o câmbio fixo em Bs 2,15 por dólar, as exportações petroleiras representaram 90% do total e, por isso, o projeto de Chávez é utilizar mais intensamente essa renda nos planos desenvolvimentistas e nas missões sociais de caráter assistencialista.

Em contrapartida, a conta capital e financeira apresentou déficits em todos os anos em que Chávez esteve no poder, em montantes cada vez maiores, refletindo a saída de capitais do país e o maior investimento e compra de ativos no exterior por parte do Estado. O saldo do balanço de pagamentos, por sua vez, tem oscilado bastante todos os anos e em 2007 terminou com um déficit de 5,7 bilhões de dólares. A tabela abaixo fornece alguns dados sobre as contas externas do país entre 1999 e 2007.

**Tabela 9: Contas Externas (US\$ milhões): 1999-2007**

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Balanço de Pagamentos</b>	1.068	5.953	(1.839)	(4.427)	5.443	1.900	5.454	5.138	(5.742)
<b>Trasacões Correntes</b>	2.112	11.853	1.983	7.599	11.796	15.519	25.447	27.149	20.001
Balança Comercial	6.471	16.664	7.456	13.421	16.747	22.647	31.708	32.712	23.702
Exportações	20.963	33.529	26.667	28.781	27.230	39.668	55.716	65.210	69.165
exportações petroleiras	79,8%	83,1%	81,5%	80,4%	80,9%	82,9%	86,4%	89,6%	90,4%
Importações	(14.492)	(16.865)	(19.211)	(13.360)	(10.483)	(17.021)	(24.008)	(32.498)	(45.463)
<b>Conta Capital e Financeira</b>	(510)	(2.974)	(219)	(9.243)	(5.558)	(11.116)	(16.400)	(19.147)	(23.304)

Fonte: Banco Central da Venezuela.

Historicamente, os Estados Unidos tem sido o principal parceiro comercial, tanto na exportação de petróleo quanto na importação de vários produtos. O governo venezuelano está tentando diminuir a dependência comercial com esse país, realizando acordos com países da região, mas sem muito sucesso. A Colômbia, segue como uma importante parceira comercial, fornecendo alimentos principalmente, apesar de haver desavenças entre os dois países. O objetivo de Chávez é converter a Ásia, mais especificamente a China, em um parceiro comercial de peso.

**Tabela 10: Principais Parceiros Comerciais (% do total): 2002-2006**

	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Exportações (fob)</b>					
EUA	44,9	42,7	60,3	57,8	53,5
Holanda	12,7	9,3	8,4	8,2	8,8
China	0,3	0,6	1,4	1,8	3,7
Espanha	2	0,8	0,9	1,6	3
<b>Importações (cif)</b>					
EUA	31,4	29,9	29,9	31,6	29,2
Colômbia	7,8	7,8	10,2	11	9,6
Brasil	6,1	6	7,3	9,1	7,9
México	4,3	4,2	4,3	6,9	6,1

Fonte: EIU, Country Report 2007-2008.

## Conclusão:

Este trabalho buscou apresentar uma análise do quadro social, político e econômico da Venezuela, a partir de artigos, livros e dados estatísticos pesquisados. Primeiramente, foi mostrado como o país se comportou a partir da descoberta do petróleo, por volta de 1920, e como sua economia foi se estruturando a partir desse acontecimento, passando por auges e crises econômicas, até o ano de 1998. Além disso, foi elaborada uma análise do governo Hugo Chávez (1999-2007), sob a ótica política e institucional, mostrando as mudanças, rebeliões e plebiscitos ocorridos no período.

No terceiro capítulo foi feito um estudo sobre o panorama econômico do país acerca dos anos em que Chávez ocupou a presidência. Para isso, dividiu-se o período em cinco fases, cada uma delas com suas respectivas características. O desenrolar do capítulo começa pelo complicado cenário de 1999, quando Chávez tomou posse, passando pela fase de implantação de projetos mais intervencionistas (2000 e 2001), depois a época de crise e recessão (2002 e 2003), seguido pelos anos de recuperação e auge econômico (2004, 2005 e 2006), até a última fase, na qual Chávez resolveu aprofundar o *Socialismo do Século XXI*, com medidas mais intensas no campo social.

Analisando o período como um todo, foi possível apontar algumas melhoras significativas, principalmente na área social, como a de saúde e educação – a taxa de alfabetização é maior do que a média da região América Latina e Caribe -, apesar do sistema de saúde ainda ser considerado ineficiente. No campo econômico, os índices variam de acordo com os preços do petróleo, motor da economia venezuelana. Em 2007, o PIB cresceu 8,4%, puxado pela atividade não petroleira, que cresceu 9,5%; o câmbio continuou fixo, na faixa de Bs 2,15 por dólar e a inflação continuou alta, na faixa de 20%. O balanço de pagamentos, por sua vez, oscila todos os anos de acordo principalmente com o valor das exportações – composta quase exclusivamente pela venda de petróleo – e com a entrada e saída de capitais do país.

No entanto, apesar dos avanços conseguidos pelo atual governo e o significativo desenvolvimento de muitos setores não petroleiros, é possível afirmar que a atividade petrolífera ainda é a principal propulsora da economia venezuelana, já que corresponde por grande parte da produção, das exportações e dos ingressos fiscais. É o alto preço de venda e a elevada demanda mundial dessa commodity que permite formar o superávit da balança

comercial, tentando compensar o grande déficit da conta capital e financeira. Além disso, no governo de Chávez, são exatamente esses recursos provindos do petróleo que são dirigidos para a população, para outros setores produtivos e para a atividade agrícola, em forma de missões sociais, projetos de investimento e incentivos.

Como a oferta venezuelana no mercado mundial de petróleo se mostra bastante relevante, todas as medidas tomadas em relação à regulamentação deste produto repercutem por todo o mundo. As medidas de cunho mais socialista e desenvolvimentista do presidente Hugo Chávez vem desagradando às poderosas economias declaradas neoliberais e, por isso, a Venezuela tem se tornado alvo de grandes debates internacionais quando o assunto é petróleo.

## Referências:

BANCO CENTRAL DA VENEZUELA. Información Estadística. Caracas: BCV, 2008. Disponível em: <http://www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp>.

BARROS, Pedro Silva. Chávez e Petróleo: uma análise da nova política econômica venezuelana. In: *Cadernos PROLAM/USP*, vol. 2, p. 209-237. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Governo Chávez e desenvolvimento: a política econômica em processo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Venezuela: mudanças e perspectivas – A razão chavista*. São Paulo, 2007.

BRITISH PETROLEUM. *Statistical Review full Report Workbook 2008*, tabla “Oil: Crude oil prices 1861–2007”. Disponível em: <http://www.bp.com/sectiongenericarticle.do?categoryId=9023753&contentId=7044109>. Acesso em 25 nov. 2008.

CANO, Wilson. *Venezuela: petróleo, subdesenvolvimento e pobreza*. Soberania e Política Econômica na América Latina. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. Venezuela: limites para uma nova política econômica. In: *Economia e Sociedade*, v.11, n.1 (18), Campinas: Instituto de economia da Unicamp, 2002.

CARDIM, Carlos. Henrique; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Venezuela: Visões Brasileiras*. Brasília: FUNAG, 2003.

CEPAL. *Estudio Económico de América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: Cepal, anos 1999-2007.

\_\_\_\_\_. *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: Cepal, anos 1999-2007.

Department of Foreign Affairs and Trade. Australian Government. Disponível em: <http://www.dfat.gov.au/geo/fs/usa.pdf>. Acesso em 12 out. 2008.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. *Venezuela; Country Report 2007-2008*. United Kingdom, 2007.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. *Venezuela; Country Profile 2008*. United Kingdom, 2008.

FURTADO, Celso. *A Economia Latino-Americana*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Arquivos Celso Furtado, vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

GIAMBIAGI, Fabio. et al. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*, cap. 6. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IBGE. Dados de Países, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>. Acesso em 18 out. 2008.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. International Financial Statistic, vol. LIX, 2006.

JONES, Bart. *Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da revolução permanente*. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MAYA, Margarita López e LANDER, Luis. Venezuela: em direção ao socialismo do século XXI. In: *Política Externa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, vol. 15, nº 4, março/abril/maio 2007.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Celso Furtado e a economia política da abundância de divisas. In: *Celso Furtado e o Século XXI*; org. João Sabóia, Fernando J. Cardim de Carvalho. Barueri, São Paulo: Editora Manole; Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

MINISTERIO DE ENERGIA Y PETROLEO. Gobierno Bolivariano de Venezuela - Precios del Petróleo - Evolución de Precios 2007 – 2008 (Dólares/Barril). Disponível em: <http://www.menpet.gob.ve/preciopetroleo/index.php>. Acesso em 30 nov. 2008.

MINISTERIO DE FINANZAS. Disponível em: <http://www.mf.gov.ve>.

MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO. Instituto Nacional de Estadística, vários dados. Disponível em: <http://www.ine.gov.ve/condiciones/educacion.asp>.

SEVERO, Luciano Wexell. *A Política Econômica do Governo Chávez*. Ministério de Finanzas de la República Bolivariana de Venezuela, Série Documentos. Caracas, mayo de 2004.

\_\_\_\_\_. *A nova Venezuela*. Caracas, dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article123226.html#article123226>. Acesso em: 16 out. 2008.

\_\_\_\_\_. *Venezuela: Petróleo semeando emancipação e crescimento econômico*. Caracas, julho de 2006. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article141468.html>. Acesso em: 16 out. 2008.

\_\_\_\_\_. *El desafio de “sembrar el petróleo” en Venezuela (1999-2008)*. Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Venezuela de Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/uploads/uploadsFCkEditor/File/economia%20venezuela.pdf>.

UCHOA, Pablo. *Venezuela: a encruzilhada de Chávez*. São Paulo: Editora Globo, 2003.

VILLA, Rafael Duarte e URQUIDI, Vivian Dávila. Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo. *In: Política Externa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, vol. 14, nº 4, março/abril/maio 2006.

WICKPÉDIA. Crise do Petróleo. Disponível em:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Crise\\_do\\_petr%C3%B3leo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_do_petr%C3%B3leo). Acesso em 23 out. 2008.

\_\_\_\_\_. Guerra do Yom Kipur. Disponível em:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra\\_do\\_Yom\\_Kipur](http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Yom_Kipur). Acesso em 23 out. 2008.

\_\_\_\_\_. OPEP. Disponível em:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o\\_dos\\_Pa%C3%ADses\\_Exportadores\\_de\\_Petr%C3%B3leo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Pa%C3%ADses_Exportadores_de_Petr%C3%B3leo). Acesso em: 23 out. 2008.